

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios DE SÃO PAULO



Ano 6 • Número 49 • R\$ 7,00

Vem aí 56º Congresso Estadual de Municípios

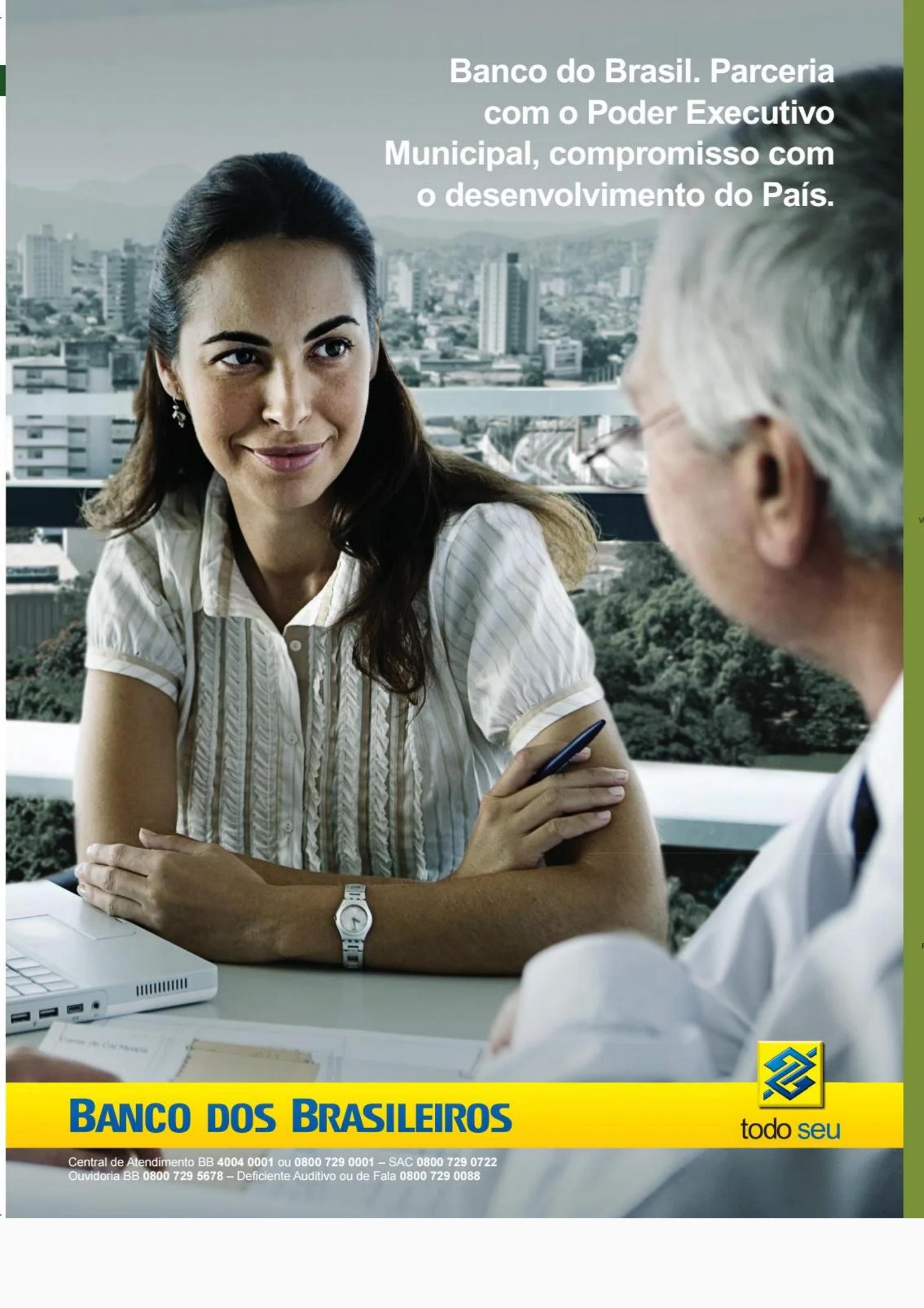
O mais esperado congresso de municípios do Estado de São Paulo será realizado entre os dias 13 a 16 de março, em São Vicente. Lançamento do evento ocorreu em novembro, no Memorial da América Latina.



Presidente da APM faz balanço deste ano e comemora as conquistas

Realização do 55º Congresso Estadual de Municípios e do 12º CBTIM, reivindicações atendidas, cursos de capacitação para os gestores públicos, participação em mobilizações e eventos ligados ao municipalismo. Essas foram algumas das atividades da APM ao longo deste ano, que foi bastante produtivo.

Banco do Brasil. Parceria
com o Poder Executivo
Municipal, compromisso com
o desenvolvimento do País.



BANCO DOS BRASILEIROS

Central de Atendimento BB 4004 0001 ou 0800 729 0001 – SAC 0800 729 0722
Ouvidoria BB 0800 729 5678 – Deficiente Auditivo ou de Fala 0800 729 0088



todo seu



Associação Paulista de Municípios

Rua Major Sertório, 128 - 9º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP 01222-000
Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA APM GESTÃO 2009 - 2012

Presidente da APM

Marcos Monti

Prefeito de São Manuel (1993 a 1996)

1º Vice-Presidente

José Luiz Rodrigues

Prefeito de Aparecida (2001 a 2008)

2º Vice-Presidente

José Mauro Dedemo Orlandini

Prefeito de Berlenga (1993 a 1996 e 2009 a 2012)

3º Vice-Presidente

Herculano Castilho Passos Júnior

Prefeito de Itu (2005 a 2008 e 2009 a 2012)

4º Vice-Presidente

Diego Denadai

Prefeito de Americana (2009 a 2012)

Secretário Geral

Aquevirque Antonio Nholla

Vice-Prefeito e Vereador de São João da Boa Vista (1993 a 1996 e 1983 a 1992)

1º Secretário

Antônio Cesar Simão

Prefeito de Itapui (1993 a 1996)

2º Secretário

Sebastião Misara

Vereador de Barreiros (1972 a 1996)

3º Secretário

Jamil Akio Ono

Prefeito de Andradina (2009 a 2012)

Tesoureiro Geral

Carlos Alberto Cruz Filho

Vice-Prefeito e Vereador de Campinas (1997 a 2000 e 1983 a 1988)

1ª Tesoureira

Marisa de Souza Pinto Fontana

Prefeita de Socorro (2009 a 2012)

2º Tesoureira

José Ademir Infante Gutierrez

Prefeito de Teodoro Sampaio (2005 a 2008 e 2009 a 2012)

3º Tesoureira

Antonio Carlos de Faria

Prefeito de Caconde (2005 a 2008 e 2009 a 2010)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Antônio Francelino

Prefeito de Álvaro de Carvalho (1989 a 1992 / 1997 a 2000 e 2001 a 2004)

Modesto Salvati Filho

Vereador de Brotas (2001 a 2004 e 2009 a 2012)

Newton Rodrigues Freire

Prefeito de Gália (1989 a 1992)

CONSELHO FISCAL

Francisco Leoni Neto

Prefeito de Bariri (2001 a 2004 e 2005 a 2008)

José Francisco da Rocha Oliveira

Prefeito de Pardinho (1983 a 1988 / 1993 a 1996 / 2005 a 2008 e 2009 a 2012)

Maria Antonieta de Brito

Prefeita de Guarujá (2009 a 2012)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Mariânea Mariottini

Vereadora de Mogi-Mirim (1989 a 2008)

Vice-Presidente

Roque Joner

Prefeito de Pratânia (1997 a 2004)

Secretário

Gianpaulo Baptista

Vereador de Porto Feliz (1988 a 1990)

Um ano de muitas conquistas



O ano de 2011 foi muito produtivo para a APM e, consequentemente, para o movimento municipalista. Realizamos o 55º Congresso Estadual de Municípios, ocasião em que foi elaborada uma pauta de reivindicações, juntamente com as entidades regionais, para ser entregue às autoridades competentes.

O governador Geraldo Alckmin, durante sua participação pelo Congresso, atendeu prontamente todas as nossas reivindicações. As questões que envolviam o Governo Federal foram apresentadas na XIV Marcha dos Prefeitos e tiveram soluções anuncias das pela presidente Dilma Rousseff.

Outro evento de sucesso foi o 12º CB-TIM – Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios, realizado em Indaiatuba, com o objetivo de mostrar aos gestores as ferramentas de TI existentes no mercado.

Ao longo deste ano, realizamos diversos cursos de capacitação para os municípios e participamos de várias mobilizações, como, por exemplo, pela Regulamentação da Emenda 29. A emenda foi aprovada no início deste mês, sem alterações significativas, diferente do que os municípios desejavam. Esperamos agora que os Governos Estaduais cumpram com a determinação

legal e apliquem os 12% de seus orçamentos.

O movimento municipalista continuará no próximo ano lutando pela aprovação da divisão dos royalties do petróleo com todos os municípios e pela mudança do artigo 218 da Resolução nº 414 da ANEEL, que transfere para os municípios os ativos de iluminação pública. No último caso, nosso posicionamento é para que a transferência seja facultativa, de forma que os municípios possam optar por assumir ou não esses ativos.

Também já estamos organizando os preparativos da 56ª edição do nosso Congresso Estadual de Municípios, que ocorrerá em março de 2012. Esperamos, mais uma vez, que o evento seja coroado com êxito, pois novamente os municípios levarão sua pauta ao governo do Estado e ao governo Federal.

Precisamos debater e mostrar as dificuldades que passam os nossos municípios para que, junto de nossos governantes, encontremos as soluções.

Para o próximo ano, a luta continua!

Saudações municipalistas,

Marcos Monti

Presidente da APM



CONSELHO EDITORIAL

Marcos Monti
Carlos Alberto Cruz Filho
Aquevirque Antonio Nholla
Antônio Cesar Simão



REDAÇÃO

EDITORA-CHEFE
Daniela Bertoldo
imprensa@apaulista.org.br

EDIÇÃO DE ARTE
Núbia Barros
nubia@apaulista.org.br

Michelle Sendas
criacao@apaulista.org.br

PUBLICIDADE

Anuncie na Revista Municípios de São Paulo e
fale diretamente com os 645 municípios de São
Paulo

CEAME
Tel.: (11) 3063-5775 / 3083-7265

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e números atrasados
Fone/Fax.: (11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br

Comentários sobre o conteúdo editorial, sug-
estões, críticas e releases.
imprensa@apaulista.org.br

Novembro/ Dezembro- 2011

Municípios de São Paulo não se responsabiliza
por ideias e conceitos emitidos em artigos ou
matérias assinadas, que expressam apenas o
pensamento dos autores, não representando
necessariamente a opinião da direção da revista.
A publicação se reserva o direito, por motivos de
espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e
ensaios

05 Entrevista

10 12º CBTIM

31 Galeria de Fotos

34 Evento



39 Ações em Destaque

41 Procon

42 IPT

44 Entidade

45 Página da História

50 IBGE

52 Artigo Jurídico

Isabela Giglio

54 Legislativo

55 Municípios Aniversariantes

57 APM Responde

59 Atividades da APM



46 Fundo Social

48 Artigo Jurídico

Sergio Baptista



Presidente da APM faz balanço das atividades

Por: Daniela Bertoldo

Nesta última edição de 2011, a MUSP traz um balanço das atividades da Associação Paulista de Municípios: um ano bastante produtivo, com muitas conquistas e realizações.

Foram dois grandes congressos (Congresso Estadual de Municípios e Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação), cursos de atualização, seminários, participação em diversos eventos, ações em prol dos municípios paulistas e muitas reivindicações atendidas.

Para fazer um balanço e relembrar os fatos mais importantes, a MUSP traz uma entrevista com o presidente da APM, Marcos Monti. Confira:

Em abril deste ano, a APM promoveu o 55º Congresso Estadual

de Municípios, mais uma edição com sucesso de público e importantes debates. Na ocasião, o governador do Estado, Geraldo Alckmin, atendeu às reivindicações da APM e anunciou, em primeira mão, diversas conquistas aos municípios. O que isso representou para o movimento municipalista?

Apresentei ao governador Geraldo Alckmin a pauta de reivindicações elaborada pela APM, em parceria com 22 entidades regionais. Diante de um auditório lotado, o governador atendeu de imediato a maioria dos pedidos, assinando, publicamente, alguns documentos e projetos de lei, ao lado de sete secretários de Estado (Casa Civil, Habitação, Esportes, Desenvolvimento

Social, Meio Ambiente, Justiça e Turismo) e demais autoridades.

Dentre os pleitos atendidos, Alckmin divulgou a transferência para os municípios dos direitos sobre os imóveis onde estão instaladas as escolas em processo de municipalização, anunciando a doação de 1.675 prédios aos municípios paulistas. Na ocasião, fez questão de afirmar que a APM era forte, pois pediu e de imediato foi atendida.

Alckmin também assinou e autorizou o aumento do repasse da merenda escolar em 14% (R\$ 111 milhões) para os municípios paulistas. Outro anúncio foi uma conquista para o programa Ação Jovem (Secretaria de Assistência Social), com a ampliação do benefício de 76 mil para 205 mil jovens em 642 municípios, com investimento de ►

Entrevista

R\$ 89 milhões. Para o Renda Cidadã, divulgou a ampliação do benefício de 135 mil para 187 mil famílias em 644 municípios, com investimento de R\$ 150 milhões.

Destaco aqui o depoimento do governador sobre o nosso congresso. Ele afirmou que o Congresso da APM é o mais importante, uma vez que leva o governo mais perto do povo. Disse que participa com grande alegria e que é um compromisso que aguarda anualmente. Isso é um reconhecimento do nosso trabalho em prol dos municípios.

Por falar em Congresso, a APM antecipou a organização do próximo, promovendo o lançamento da 56ª edição, que ocorrerá em março de 2012 em São Vicente. Como foi o evento?

O coquetel de lançamento ocorreu no Memorial da América Latina, no foyer da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no dia 22 de novembro. Foi bastante positivo. Tivemos a presença de diversas autoridades, expositores e patrocinadores.

Resolvemos antecipar o lançamento para ampliar a divulgação e reunir um número ainda maior de patrocinadores. Distribuímos os materiais institucionais e os mapas dos estandes, para que as empresas interessadas começem a reservar seu espaço.

O prefeito de São Vicente, município que sediará nosso congresso por mais um



ano, afirmou que a Prefeitura já iniciou os preparativos para receber os participantes, com uma infraestrutura ainda melhor do que do último evento.

A secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Linamara Rizzo Battistella, participou do lançamento, representando o governador Geraldo Alckmin, e ressaltou que vê o Congresso com bastante entusiasmo, pela força que o municipalismo tem no Estado de São Paulo. Isso

é muito gratificante para nós da Associação Paulista de Municípios, pois comprova o sucesso de nossos eventos e a credibilidade perante os governos.

Em outubro, a APM realizou o 12º CBTIM - Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios, no município de Indaiatuba. Que balanço o senhor faz deste evento?

O CBTIM superou nossas expectativas. Ficamos muito realizados com mais esta edição. Temos a certeza que cumprimos com nosso papel de orientar e mostrar às gestões públicas quais os caminhos mais eficientes para uma boa gestão. Diversos prefeitos, vices, vereadores, secretários municipais, diretores e técnicos de TI estiveram presentes para acompanhar importantes palestras e debates sobre as novas tecnologias de informação existentes.

A APM tem promovido cursos e seminários para os gesto-





res públicos, secretários municipais e técnicos, para aperfeiçoamento e atualização dos mesmos. Quais temas foram abordados?

Realizamos diversos cursos na sede da Associação, abordando temas importantes e atuais, como o do Siconv (Sistema de Convênios do Governo Federal), que capacita os gestores e técnicos das prefeituras para que possam manusear o sistema na elaboração de projetos, bem como na prestação de contas; e o da Resolução nº 414/2010 da Aneel, que apresentou as mudanças para os municípios relativas à Iluminação Pública. Também promovemos o seminário "A política Nacional de Resíduos Sólidos", para apresentar a nova legislação e orientar os municípios. Outro curso que sempre é sucesso de público e reúne inúmeros profissionais, em todas as edições, é o de Cerimonial Público, ministrado por Carlos Takahashi. A sexta edição ocorreu em setembro.

Este ano, foi divulgado o ranking do IRFS e a APM participou da premiação dos gestores. Qual a importância deste prêmio?

O ranking do Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão (IRFS) prioriza os 10 municípios modelos. Nesta edição do IRFS, foram apresentados os comparativos dos resultados entre 2002 e 2009 para que os gestores pudessem ter uma ideia não só da sua situação atual no ranking

do índice, mas também sua evolução, pontuar os problemas e buscar soluções. ou não, ao longo dos anos.

Acredito que este prêmio é de suma importância, pelo reconhecimento do trabalho dos prefeitos em seus municípios e pelas ações desenvolvidas.

A APM tem marcado presença em programas de entrevistas e seminários para discutir o municipalismo e os problemas enfrentados nos dias atuais. Como o senhor vê essa participação ativa da Associação?

Tenho participado constantemente de seminários, workshops e entrevistas para debater, ao lado de inúmeras autoridades, questões de suma importância aos municípios. Discutimos o modelo de governança pública, Pacto Federativo, atribuições da Casa Civil e seu relacionamento com o poder legislativo estadual e os municípios, investimentos programados pelo governo, aumento salarial e valorização dos servidores, desenvolvimento dos Municípios, linhas de financiamentos, linhas de crédito para modernização tecnológica e outros assuntos.

As discussões são sempre ricas e contribuem muito com o fortalecimento dos municípios. Acredito que a participação da APM é fundamental, para que a gente continue levando a bandeira do municipalismo e para que a gente possa

Além dos debates, a APM faz questão de estar presente em eventos e mobilizações, representando os 645 municípios do Estado de São Paulo. Este ano a agenda foi bastante movimentada?

Este foi um ano bastante produtivo. Participei de inúmeros eventos, como o lançamento do Plano Brasil sem Miséria no Sudeste, realizado em agosto (onde serão contempladas 100 cidades paulistas com baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e o Congresso da AMA (Associação dos Municípios da Araraquarense).

Estivemos presentes nas mobilizações municipalistas em Brasília para discutir os principais pleitos da APM, como a questão dos royalties do pré-sal e Emenda 29 - de financiamentos para a saúde.

Recentemente, representei a Confederação Nacional de Municípios no Seminário de Combate ao Crack e Outras Drogas, na Assembleia Legislativa. Em minha opinião, é preciso unir o governo federal, o governo estadual, as prefeituras e demais autoridades para que, juntos, a gente consiga travar uma guerra de combate ao crack e a todo uso de droga.

Outro evento de destaque foi o do CE-PAM, sobre Transição de Governos nos municípios paulistas, realizado em ►



Entrevista

novembro. Participei da mesa e abertura e dos debates sobre este tema.

Em novembro, ministrei palestra no Congresso EEF LatAm – Energy Efficiency Forum Latin America, o segundo encontro da América Latina totalmente focado em Eficiência Energética para grandes consumidores. Na ocasião, discutimos a Resolução 414/2010, os impactos para os municípios e medidas da Gestão Pública.

Também participei da reunião da Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais da Assembleia Legislativa para discutir a revisão do número mínimo de lugares nos estádios de futebol.

Importante ressaltar que a diretoria da APM está constantemente presente em reuniões e audiências em São Paulo com secretários de estado, governador e demais autoridades para levar nossas reivindicações.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, por meio da Frente Parlamentar das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, lançará um movimento nacional em prol da saúde, com apoio da APM. Qual o objetivo desta ação?

Este movimento será lançado visando encontrar alternativas de fonte de financiamento para o setor. Queremos buscar a revisão dos valores da tabela SUS e lutar por mais subsídios aos municípios. Esta campanha em prol da saúde tem apoio da Associação Paulista de Municípios (APM), da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB), da Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo (Fehosp) e das assembleias legislativas de todo o Brasil. Temos participado de reuniões, ao lado do presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, deputado Barros Munhoz, para discutir as estratégias deste movimento e colocar este assunto na verdadeira pauta do país.



Um assunto bastante discutido este ano foi a questão da transferência de ativos de iluminação pública aos municípios (resolução da ANEEL). Como está sendo a participação da APM e quais as últimas notícias a respeito?

A ANEEL havia determinado um prazo para que os ativos de iluminação pública fossem transferidos aos municípios. Como muitas Prefeituras não têm condições de assumir mais esse serviço, encaminhei ofício à ANEEL pedindo que o prazo fosse prorrogado até chegarmos a um acordo ou que a transferência fosse facultativa aos municípios, uma vez que irá onerar os cofres públicos. A ANEEL, ouvindo o movimento municipalista, adiou o prazo e tem realizado audiências

públicas para debater este tema.

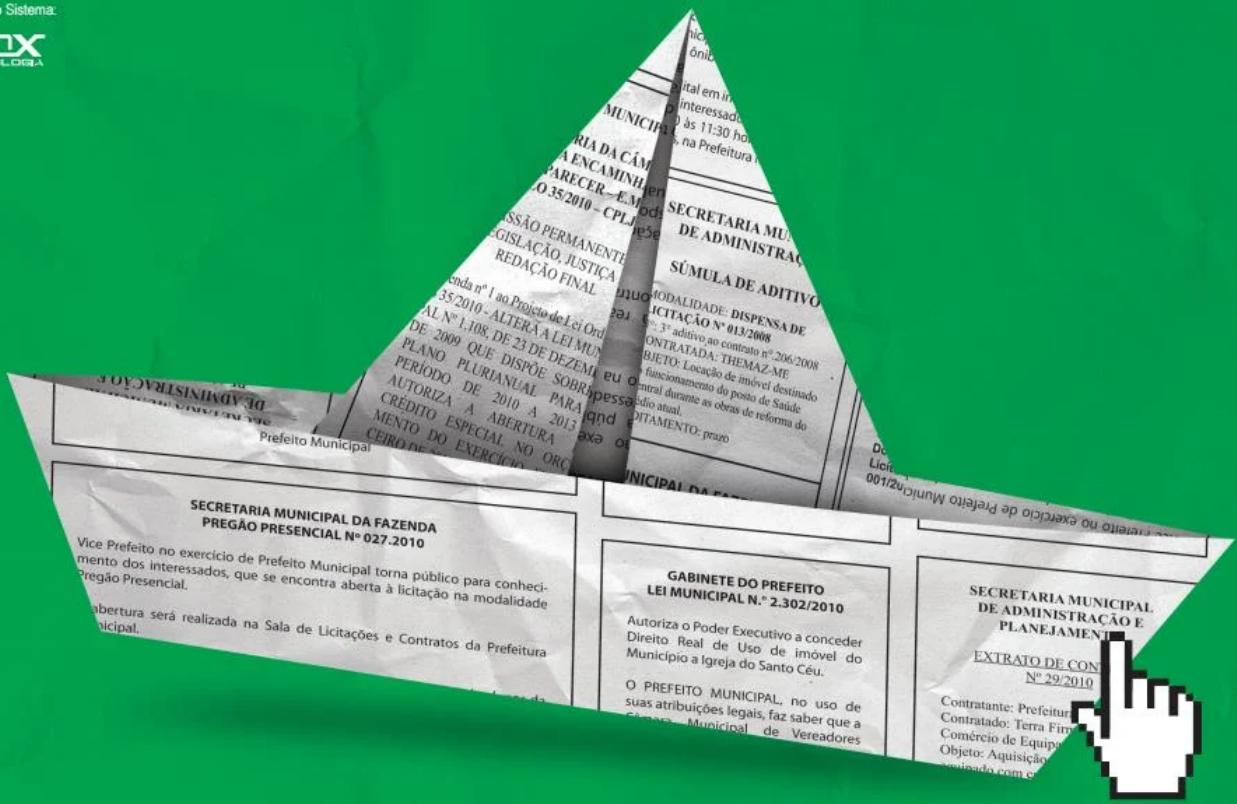
Quais os planos para o próximo ano?

Continuaremos levantando a bandeira do municipalismo, cobrando soluções e melhorias para os municípios, na defesa de seus interesses.

Também pedimos uma participação mais ativa dos municípios e das entidades regionais, uma vez que somente através da unidade do movimento municipalista é que obtemos resultados positivos.

Aproveito para deixar um convite a todos para que participem do 56º Congresso Estadual de Municípios, a ser realizado de 13 a 16 de março, em São Vicente, para uma rica troca de experiências. Espero todos vocês lá.■





Diário Oficial na internet. Economia para o município que publica, transparência para o cidadão que navega.

Recém-lançado pela APM, o **Diário Oficial dos Municípios do Estado de São Paulo** trará enorme economia para os municípios que poderão usufruir dos benefícios das publicações em meio eletrônico.

Além de ecologicamente correto, o **Diário** atende todas as exigências legais para a publicação dos atos oficiais. Os **municípios paulistas** poderão publicar eletronicamente seus avisos de licitações, extrato de contratos, termos de adjudicação e homologação, leis, decretos, portarias, **relatórios de gestão fiscal, atas, dentre outros**.

Municípios de outros estados que aderiram tiveram uma economia média de 80%.

O **Diário Oficial** será publicado diariamente na Internet, com acesso pelo site da APM. A qualquer instante, os gestores, técnicos, fornecedores ou qualquer cidadão interessado poderão imprimir quantas cópias julgarem necessárias, da edição atual ou das passadas.

Para utilizar o **Diário Oficial**, o município filiado à APM deve primeiramente solicitar a sua adesão pelo telefone (11) 2165-9999. Em seguida, será orientado sobre como aprovar o Projeto de Lei adotando o **Diário** como veículo oficial do Município. A APM então treinará os técnicos e gestores do Município para utilização do sistema. Faça hoje mesmo a sua adesão.

Rua Major Sertório, 128 - 9º andar – São Paulo/SP – CEP 01222-000
Fone/fax: (11) 2165-9999 – www.apaulista.org.br – diariooficial@apaulista.org.br

www.diariomunicipal.com.br/apm



12º CBTIM debate a importância da TI para uma boa gestão e apresenta as novas ferramentas existentes

Evento ocorreu na cidade de Indaiatuba e foi sucesso

Por: Daniela Bertoldo



O 12º CBTIM – Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios – terminou com saldo positivo.

O evento foi realizado pela APM (Associação Paulista de Municípios) entre os dias 24 e 26 de outubro, no Hotel Vitoria, em Indaiatuba.

Diversos prefeitos, vices, vereadores, secretários municipais, diretores e técnicos de TI estiveram presentes para acompanhar importantes palestras e debates sobre as novas tecnologias de informação existentes.

Os patrocinadores também ficaram bastante satisfeitos com o resultado, pois re-

ceberam inúmeras visitas de profissionais interessados em seus serviços.

O presidente da APM, Marcos Monti, destaca que foi uma oportunidade única para troca de experiências e apresentação de excelentes produtos, visando modernização e aperfeiçoamento das administrações municipais. "Estamos muito realizados com o 12º CBTIM. Temos a certeza que cumprimos com nosso papel de orientar e mostrar às gestões públicas quais os caminhos mais rápidos e fáceis para uma boa gestão".

Abertura

O 12º CBTIM foi aberto na noite do dia

24 de outubro, em sessão solene presidida por Marcos Monti, com a presença do secretário de Logística e Tecnologia da Informação, Delfino Natal de Souza, representando a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior; do coordenador da Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação da Secretaria de Gestão Pública do Estado de São Paulo, Aldo Gardo, representando o secretário de Estado de Gestão Pública, Júlio Semeghini; do deputado Celso Giglio, representando a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; do prefeito em exercício da cidade de Indaiatuba, Antônio Carlos Pinheiro; do vereador Luiz Alberto Pereira, representando o presidente da Câmara Luis Carlos Chiaparini e demais autoridades, como deputados, prefeitos e vereadores.

Painéis

Foram dois dias inteiros de palestras, englobando temas como importância da TI, prestação de serviço público, educação, certificação digital, programas para aprimoramento da gestão pública, financiamentos, processos eletrônicos, geoprocessamento, acessibilidade, dentre outros.

A solenidade de encerramento ocorreu na quarta-feira, dia 26, com sorteio de diversos brindes.

Confira nas próximas páginas um resumo de tudo que aconteceu nesses três dias de evento.



Autoridades participam de solenidade de abertura do 12º CBTIM

Com auditório lotado e a presença de diversas autoridades, entre deputados, prefeitos, vereadores, secretários e técnicos de TI, a APM abriu o 12º CBTIM (Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios), na noite de segunda-feira, dia 24, no Hotel Vitoria, em Indaiatuba.

O prefeito em exercício, Antônio Carlos Pinheiro, iniciou os discursos, parabenizando as autoridades presentes e colocando o governo de Indaiatuba à disposição dos congressistas. "Indaiatuba é uma cidade hospitaliera e o governo está aqui para assessorar e fazer de tudo para que o Congresso tenha êxito".

O secretário de Logística e Tecnologia da Informação, Delfino Natal de Souza, esteve presente representando a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior. "Falamos aqui para o presidente da APM da nossa disponibilidade de desenvolvermos parcerias para buscar efetivamente a melhoria e a modernização da gestão pública brasileira".

Souza mencionou algumas ações que estão sendo desenvolvidas, com destaque para a área de acessibilidade. "Estamos trabalhando com todas as esferas do governo

para estabelecermos um padrão nacional de acessibilidade do Governo eletrônico".

O vereador Luiz Alberto Pereira discursou em nome do presidente da Câmara Luis Carlos Chiaparini e enalteceu as características de Indaiatuba, salientando a hospitalidade da população. "A presença de vocês nos honra. Queremos fazer com que a passagem de vocês por aqui seja produtiva e de boas recordações".

Representando a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o ex-presidente da APM, deputado estadual Celso Giglio deixou um apelo aos presentes para que todos continuem lutando pelo municipalismo, não esquecendo suas bandeiras. "Aproveito para deixar minha homenagem àqueles que durante muito tempo nos antecederam e lutaram por essa causa, pensando em fazer mais justiça".

O deputado estadual Itamar Borges parabenizou o presidente da APM, Marcos Monti, pelo trabalho à frente da Associação. "O Marcos vem fazendo com que a APM tenha sequência naquilo que ela sempre fez, que é a cada ano lutar, conquistar e defender os municípios paulistas".

O coordenador da Unidade de Tecnolo-

gia da Informação e Comunicação da Secretaria de Gestão Pública do Estado de São Paulo, Aldo Garcia, falou dos projetos para modernização das Prefeituras, representando o secretário de Gestão Pública, Júlio Semeghini. "A programação do CBTIM foi muito bem feita, com temas bem pertinentes", acrescentou.

O encerramento ficou a cargo do presidente da APM, que destacou a importância do CBTIM por apresentar as ferramentas de TI para que os prefeitos possam colocá-las em prática. "Sabemos que a TI é um caminho sem volta. A partir do próximo ano, por exemplo, o Tribunal não receberá mais nada em papel, somente por meio eletrônico".

Marcos Monti também elencou as principais bandeiras municipalistas, afirmado que este não é apenas um Congresso de TI, mas também um Congresso político. "Temos enfrentado batalhas difíceis, como a Emenda 29 e os Royalties do Pré-Sal, mas continuamos firmes na defesa do municipalismo".

Ao término das explanações, Marcos Monti convidou todos os presentes a visitarem os estandes. (D.B.)



Integração de Sistemas para Prefeituras Municipais

A importância da TI para fortalecimento das administrações públicas, melhorando o serviço e o processo democrático, foi assunto abordado por Juan Antonio Pedreira Lorenzo, Product Manager eGovernment da empresa espanhola Novasoft & Quanam Brasil.

Juan abriu os trabalhos do 12º CBTIM, na terça-feira, durante o painel Integração de Sistemas para Prefeituras Municipais. "Desenvolvemos projetos de tecnologia própria. A Quanam conta com mais de 600 consultores que trabalham com sistema de informática, atendendo mais de 300 clientes, com 10 escritórios na América Latina".

A NovaSoft, parceira da Quanam, é uma

companhia espanhola, cujos princípios se baseiam em inovação, estratégia e integração. "Somos especializadas no governo eletrônico e temos grande experiência em treinamentos, com soluções de consultorias e recursos humanos", explica.

O palestrante falou sobre a plataforma de governo eletrônico desenvolvido pela NovaSoft, apresentando os principais serviços oferecidos na Internet para a administração pública, como processamento eletrônico, pagamento de tributos e impostos, trâmites com assinaturas eletrônicas, entre outros. "Segundo relatório das nações unidas, a Espanha está no sexto lugar do mundo de desenvolvimento de governo eletrônico".

Conforme destacou, o desenvolvimento do governo eletrônico não é simplesmente uma abordagem tecnológica, mas também multidisciplinar. "Tecnologia é uma ferramenta que deve maximizar as atividades funcionais e garantir a sustentabilidade". Para finalizar, apresentou alguns produtos e recursos de TI para as prefeituras.

O presidente da APM, Marcos Monti, fez o uso da palavra, destacando que a NovaSoft tem uma proposta muito interessante com relação a softwares livres, desenvolvidos na Espanha. "Representa um avanço, uma possibilidade para os municípios em suas gestões". (D.B.)



Caixa Econômica mostra nova versão do CadÚnico para Programas Sociais

O novo sistema do Cadastro Único para Programas Sociais – versão online na qual os gestores poderão fazer a inclusão ou manutenção de dados das famílias diretamente na base nacional do Cadastro – foi apresentado aos congressistas no 12º CBTIM, na terça-feira, dia 25.

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

(MDS), o Cadastro é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total, possibilitando conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias.

O gerente nacional da Gerência Nacional de Transferência de Renda da Caixa Econômica Federal, Marcelo Augusto da

Silva, apresentou a nova versão do programa, afirmando que a mesma traz grandes mudanças nos conceitos e nos processos operacionais do CadÚnico. "Na versão 6, os relatórios gerenciados eram pouco flexíveis e não era possível visualizar alterações nos dados de pessoas, realizadas por outras origens".

Já na versão 7, ressalta o palestrante, há inúmeras facilidades para os usuários, como, por exemplo, agregação de inovações, agilidade em todos os serviços, maior controle dos processos, maior segurança e relação custo x benefício favorável na implantação.

Marcelo também mostrou as funcionalidades da nova versão, comentou a questão de armazenamento, extração de dados e segurança e abordou os planos de expansão e planejamento para 2012.

Segundo ele, o principal desafio para a expansão é a deficiência no acesso à Internet. "Vamos fazer um acordo de Cooperação Técnica com o Ministério das Comunicações (MC) para ampliar o acesso à internet banda larga em todos os municípios brasileiros. Nossa ação prioritária é nos municípios que estão fora da Amazônia Legal".

O presidente da APM, Marcos Monti, participou do painel e agradeceu a presença da Caixa Federal em mais um Congresso da Associação Paulista de Municípios. "A Caixa é uma parceira da APM e dos municípios e é responsável pelos convênios que os municípios assinam para receber emendas parlamentares", concluiu. (D.B.)

ICMS no celular

mais um serviço aos municípios paulistas:

Previsão atualizada do ICMS toda segunda-feira;
Datas dos próximos cursos oferecidos pela APM;
Confirmação de inscrição e vagas dos cursos;
Repasses do Governo aos Municípios.



A qualidade da Embratel na Prestação do Serviço Público

A qualidade da Embratel na Prestação do Serviço Público foi um dos temas abordados na manhã de terça, no 12º CBTIM.

O diretor de vendas Governo da Embratel, Valmir de Oliveira Feltrin, abriu o painel mostrando um vídeo institucional sobre como a Embratel se coloca para o futuro, investindo em jovens talentos.

A Embratel oferece soluções de telefonia local, longa distância nacional e internacional, transmissão de dados, televisão e Internet, além de atendimento via satélite.

"A Embratel está integrada em todos os locais do mundo, 24 horas por dia, com 12 Data Centers na América Latina e mais de 18 mil m² para serviços de hospedagem".

O palestrante também falou sobre a diversidade de meios, a plataforma multi-serviço e os investimentos em pesquisa e tecnologia, afirmando que a Embratel foi criada para interligar todas as operadoras e se mantém assim até hoje. "A Embratel oferece os serviços com toda a segurança necessária. As secretarias nos procuram para



fazer backup de pontos super importantes".

Ao longo de sua explanação, mostrou os serviços oferecidos pela empresa e se colocou à disposição para esclarecimento de dúvidas, atendendo os congressistas no estande. (D.B.)

PRODAM: 40 anos promovendo modernização e transparência à administração pública



Com a missão de ser referência de TI e comunicação para o setor público, a PRODAM completa 40 anos de trabalho junto à administração da cidade de São Paulo.

Para apresentar a história da empresa, que é vinculada à Secretaria Estadual de Gestão e Planejamento, o diretor de relacionamento da PRODAM, Odemil José Ca-

margo, comandou painel no 12º CBTIM na manhã de terça-feira.

A PRODAM atua em diversas áreas e está à frente de projetos como a Escola Online, que gerencia o trabalho administrativo das escolas municipais (matrícula, distribuição dos professores em salas de aula, merenda escolar, uniformes e materiais).

Também é responsável pelo Portal Educação, com o objetivo de demonstrar a transparência das ações da Secretaria Municipal da Educação, e pela gestão do Programa Leve Leite, com a distribuição de mais de 1 milhão de latas de leite / mês.

Outro projeto de destaque é a Gestão de Sistemas de Saúde, com o controle de estoque e supervisão no armazenamento de medicamentos e o gerenciamento da entrega de medicamentos na residência para pacientes com histórico de diabetes e pressão alta.

A PRODAM administra um Banco de Dados onde são cadastrados cidadãos e

famílias de baixa renda com Índice Paulista de Vulnerabilidade Social 5 e 6, e o Sistema de Informação da Situação de Rua, com o cadastramento de Organizações Conveniadas e o registro dos serviços de atenção à população em situação de rua.

Segundo o palestrante, eles trabalham com inspeção veicular, gerenciamento do transporte escolar, autorizações especiais de trânsito, serviços de licenciamento eletrônico de atividades, dentre outros.

O destaque fica para os programas: Nota Fiscal Eletrônica, Portal da Transparência "De Olho nas Contas" (onde o cidadão tem acesso às contas da Prefeitura, às movimentações financeiras, contratos e folhas de pagamento) e o De Olho na Obra, que fornece dados on-line onde os cidadãos podem acompanhar e interagir nos processos de construção e reformas em São Paulo. "Além disso, temos programas sociais, como o Jovem Tec, que visa formar jovens de 13 a 18 anos na área de TIC", (D.B.)

Imprensa Oficial ministra palestra no 12º CBTIM sobre Certificação Digital



O chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo – IMESP, Adriano Frare, ministrou palestra sobre a Certificação Digital e suas aplicações para municípios, na terça-feira, dia 25.

Frare abordou o funcionamento dos produtos e serviços da Imprensa Oficial, destacando a importância da certificação digital. “O governo de São Paulo dá a possibilidade de os demais municípios aderirem a essa tecnologia”, destacou.

Conforme explicou, a certificação digital é uma tecnologia eletrônica que proporciona autenticidade e integridade às informações que trafegam pela internet, em transações

que necessitam de segurança máxima para ambos os lados.

A Imprensa Oficial é a autoridade certificadora oficial do governo do Estado de São Paulo e também credencia outras autoridades certificadoras e autoridades de registro. Atualmente, mantém 50 pontos de atendimento no Estado.

O palestrante também apresentou o Diário Oficial Digital, que oferece serviços como: D.O. online - versão digital do Diário Oficial, com todas as edições disponíveis para consulta; D.O. busca - permite consulta gratuita; D.O. informa - possibilita acesso à informações específicas do Diário Oficial; e-negociospublicos - todos os passos para

a realização de negócios públicos no Estado de São Paulo – dos editais de abertura até o encerramento – estão registrados neste serviço e o e-negociosinforma - minuciosa busca e elaboração de boletim eletrônico, com informações sobre concorrências, concursos, convites, pregões, tomadas de preço e leilões publicados no Diário Oficial.

A Imprensa Oficial é o órgão responsável pela publicação dos atos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado de São Paulo, publicando, diariamente, os atos oficiais no âmbito do governo estadual. “São milhões de páginas publicadas, que podem ser acessadas por todos”. (D.B.)



Projeto de Gestão Integrada proporciona economia de recursos e atendimento das demandas

Como a inovação de um sistema e a utilização de informações podem ser úteis para a administração pública? Esta pergunta foi feita pelo sócio-diretor do Instituto Análise, Alberto Carlos Almeida, durante palestra no 12º CBTIM, na terça-feira.

Alberto, que também é autor do livro *A Cabeça do Brasileiro* e colunista do jornal *Valor Econômico* e da revista *Época*, mostrou aos congressistas uma solução

para modernização das Prefeituras, com a apresentação do ProGIIS - Projeto de Gestão Integrada de Informações Sociais. "O ProGIIS possibilita economia de recursos e atendimento das demandas sociais em uma só ferramenta tecnológica".

Segundo ele, a administração que adota o ProGIIS pode resolver os seguintes problemas, com mínimo dispêndio de recursos: adquirir a quantidade exata de

remédios para a demanda de seus habitantes; oferecer cursos profissionalizantes e de qualificação de acordo com a exata necessidade da população; efetuar cadastro social e adotar programas como Minha Casa Minha Vida ou Brasil Sem Miséria, "de maneira eficiente, sem desperdícios, atingindo somente aqueles que precisam e estão habilitados".

O palestrante mostrou na prática como funciona o programa, afirmando que o prefeito que passa a utilizá-lo tem em suas mãos informações de suma importância, podendo gerenciar e trabalhar com esses dados para pontuar onde estão as principais demandas. "Como as informações ficam mapeadas, o gestor sabe quanto exatamente precisa gastar para comprar determinados produtos, gerando economia e agilidade".

A população também é envolvida, pois muitos são recrutados para trabalhar com a atualização e manutenção dos dados cadastrais. "Este é um censo poderoso. O prefeito tem acesso a inúmeras informações para tomar decisões e desenvolver políticas públicas. É o que existe de mais moderno para ajudar o administrador que quer fazer muito, gastando pouco", sugeriu. (D.B.)



Congressistas conhecem novas tecnologias aplicadas à gestão pública

Os participantes do 12º CBTIM também puderam conferir apresentação da Microsoft, em parceria com a Generativa – Gestão e Tecnologia Ltda, sobre Tecnologia Aplicada à Gestão Pública, na tarde de terça-feira.

O tema foi abordado pela equipe da Microsoft: Daniel José Cleffi, Márcio Bulhões, Rodrigo Pinto e Ricardo Nobile e por Fabian Caetano (diretor executivo da Generativa).

Eles compartilharam um pouco da estratégia da empresa no setor público, com demonstrações práticas de programas que facilitam o trabalho das Prefeituras.

Daniel Cleffi mostrou gráficos para ilustrar o caminho da economia, em termos de expectativa de vida e renda per capita, afirmindo que existe hoje uma demanda maior pelos serviços públicos e uma exigência maior de serviços de qualidade. "Sabemos

que as gestões municipais têm quatro anos, mas isso é um compromisso com o país. Sendo assim, temos que fazer uma reflexão em longo prazo: que país nós queremos entregar e deixar em 2017?".

Márcio Bulhões apresentou algumas importantes ferramentas de monitoramento e segurança. "Se a pessoa perde o notebook, por exemplo, ninguém consegue acessar nada em razão da chave criptográfica, que só é liberada com senha", explicou.

O gerente da Officer do Brasil, Rodrigo Pinto, mostrou diversas funcionalidades e praticidades do Outlook que muitos desconheciam. "Ele pode se tornar muito mais produtivo e eficaz, com organização de emails por conversas, mensagens por áreas específicas, dentre outras funções. Existem muitos atalhos que representam ganho

em produtividade e tempo".

Ricardo Nobile falou sobre o Office 365 e ensinou os congressistas a gerenciarem os emails, desvendando inúmeras possibilidades de acesso.

O diretor da Generativa falou sobre a parceria com a Microsoft com relação aos serviços prestados aos municípios, mostrando alguns programas que facilitam o trabalho das Prefeituras. "Temos um programa que faz um comparativo, por exemplo, de quanto foi lançado e arrecadado de IPTU por bairro", destacou.

Ao final das explanações, os congressistas agradeceram a participação destas empresas, que apresentaram projetos atuais e de grande relevância aos gestores, para modernização das administrações municipais. (D.B.)

Nossa Caixa divulga as linhas de financiamento para os municípios



O diretor de fomento da Nossa Caixa Desenvolvimento – Agência de Fomento do Estado de São Paulo, Julio Themes Neto, apresentou durante o CBTIM, na tarde de terça-feira, alguns financiamentos para as Prefeituras Municipais. "Temos um bilhão de reais voltados para créditos e podemos alavancar isso em até nove vezes".

Julio elencou as principais linhas de financiamento para os municípios, como, por exemplo, a VIA-SP - Infraestrutura Asfáltica (para melhorias relativas à pavimentação) e a LVM – Linha Economia Verde – Municípios, destinada às melhorias do meio ambiente, seguindo-se a política de responsabilidade ambiental.

Outras linhas de financiamento mencionadas pelo palestrante foram: LDI - Linha Distrito Industrial (destinada à adequação ou instalação dos distritos), LDA – Linha Distribuição e Abastecimento (destinada à construção ou adequação de centros de distribuição e abastecimento) e LAM – Linha Arena Multi-Usos (construção ou adequação de arenas destinadas a eventos econômicos, exposições, seminários e convivência social, esportiva e cultural).

Os municípios também contam com programas como o BNDES PROVIAS (financiamento de máquinas e equipamentos destinados a obras viárias) e o BNDES PMAT (modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos).

Já para as empresas, existem os FIPS (Financiamentos ao Investimento Paulista): FIP – Projetos: ampliação, modernização e adequação de empresas, incluindo obras civis e capital de giro associado ao investimento; FIP – Simplificado: aquisição de máquinas e equipamentos novos fabricados e adquiridos no Estado de São Paulo; FIP – Tecnologia: desenvolvimento e transferência de tecnologia, criação de produtos, processos ou serviços; FIP – Energia: racionalização do consumo de energia e utilização de energias alternativas e FIP – Meio Ambiente: reduzir impactos no meio ambiente e atender a legislação ambiental.

Ao final, o palestrante respondeu algumas perguntas dos congressistas e se colocou à disposição para eventuais dúvidas. (D.B.)



Palestrante ressalta a importância do controle de acesso à Internet

A importância do controle de acesso à Internet foi tema do último painel de terça-feira, do 12º CBTIM.

O palestrante Marcelo Negrão Casetta, sócio diretor da BRconnection, abriu o debate com o questionamento: "sua Prefeitura é uma lan house remunerada?", em razão do uso indevido da Internet nas empresas.

Deu dicas de como tornar a Internet segura e produtiva e como controlar os colaboradores que levam as mazelas da Internet para a instituição. "Você paga seu funcionário para ficar fazendo uso indevido o dia inteiro?".

Marcelo listou algumas ações nas empresas, por parte de funcionários, que podem ser perigosas, como fazer downloads de músicas em rede de compartilhamento de arquivos, pois muitas têm vírus; clicar em links com mensagens de desconhecidos nas redes sociais; abrir anexos recebidos por email de pessoas desconhecidas e visitar sites pornográficos. "A conta por negligenciar a segurança é muito cara".

Um caso envolvendo um funcionário de uma Prefeitura do interior – que acessava sites pornográficos - foi utilizado como exemplo pelo palestrante, para mostrar a

importância da fiscalização nas administrações públicas. "Isso repercutiu na mídia nacional, sendo destaque nos sites de notícia".

Ao final, convidou os participantes do CBTIM para fazerem um Raio X das Prefeituras, por meio de uma parceria com a Associação Paulista de Municípios, com o objetivo de apurar o uso indevido da máquina pública, em horário de trabalho. "Vamos promover junto às Prefeituras um teste gratuito que mostrará os sites que são mais utilizados, o tipo de conteúdo, o tempo de navegação, dentre outros dados". (D.B.)

Geoprocessamento na gestão e planejamento municipal

As vantagens do geoprocessamento e o que ele pode contribuir dentro de um órgão público em nível de gestão foram assuntos debatidos no 12º CBTIM, na quarta-feira, pelos desenvolvedores de negócios da CT-GEO, Enaldo Montanha Júnior e da GlobalGeo, Rodrigo Stuart.

Segundo Rodrigo, a GlobalGeo trabalha com a comercialização de imagens de satélite, software e prestação de serviços baseados em geotecnologias em vários segmentos do mercado. Atua nas seguintes áreas: meio ambiente, mineração, energia, transportes, planejamento territorial, recursos hídricos e saneamento, agricultura, silvicultura, imobiliário, óleo e gás.

O palestrante mostrou alguns serviços que são oferecidos, destacando-se o desenvolvimento de sistemas de informações

geográficas como ferramenta de gerenciamento, que abriga vários processos importantes na gestão pública municipal, tais como: medição e avaliação de propriedade e imóveis, levantamentos topográficos, base cartográfica municipal, aerolevantamento e cadastro urbano e rural. "Com isso é possível unificar as informações e customizar o sistema. No imobiliário, por exemplo, o setor de engenharia pode fazer o acompanhamento de obras com fotos, relatórios, localizações, números de obras, dentre outras possibilidades. Há também o censo social, onde são disponibilizados nestes sistemas os dados sobre cada cidadão".

Durante o painel, explicou na prática como funciona o sistema, com destaque para o SIG Web (Sistemas de Informações Geográficas online), em que são desen-

volvidas páginas com informação georreferenciada e integradas a aplicações SIG específicas, possibilitando a atualização da informação e acesso remoto por parte de equipes de campo. "É gerada uma dinâmica de mapas temáticos, com a obtenção de bases cartográficas atualizadas, que podem ser disponibilizadas em tempo real, associando os dados não espaciais a dados espaciais, o que permite análises integradas a partir dos mesmos".

Enaldo apresentou os trabalhos do CTGEO (Centro Tecnológico da Fundação Paulista), que desenvolve tecnologia no mercado nacional e internacional, trabalhando nas áreas de geoprocessamento, meioambiente, análise laboratorial, engenharia / ensaios de materiais e gestão e marketing. (D.B.)



Prodesp apresenta soluções de TI para a gestão municipal

O gerente de Marketing da Prodesp, Maurício Braga de Oliveira, explicou como eles podem auxiliar os municípios nas questões relativas à tecnologia, apresentando soluções de TI para a gestão municipal. "Promovemos soluções para os prefeitos poderem atender os cidadãos", salientou.

A Prodesp – Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - tem como missão contribuir para a eficiência do setor público e para a simplificação da vida do cidadão por meio de soluções tecnológicas.

São inúmeros sistemas desenvolvidos, como atribuição de classes e aulas e sistema de matrículas, recebimento de IPVA e licenciamento eletrônico de veículos (frota de 19 milhões de veículos), identificação civil e registro digital de ocorrências (45 milhões cadastrados e 1,9 milhões de BOs em 2010) e controle de condutores, multas e pontuação (19 milhões de condutores cadastrados e 4,5 milhões de CNHs emitidas em 2010).

No sistema de folha de pagamento, são mais de 600 mil pagamentos realizados mensalmente - servidores ativos, inativos e pensionistas. A Prodesp também criou o novo portal do Detran, com serviços eletrônicos ao cidadão, novas funcionalidades e tecnologias emergentes (web 2.0).

O destaque fica para o Acessa São Paulo, com 629 postos em funcionamento, 2,3



milhões de cidadãos cadastrados e 630 mil atendimentos mensais, e o Poupatempo - 28 postos fixos em funcionamento e 2,3 milhões de atendimentos mensais.

Dentre os serviços mais utilizados nas Prefeituras, o palestrante mencionou o Sistema de Gestão de Multas Municipais de Trânsito (que inclui processos de emissão, administração e controle de pagamento das infrações) e o Cadastro de Veículos Infratores, que fornece informações para as Prefeituras e possibilita o bloqueio do licenciamento de veículos com pendências. "Temos

mais de 100 municípios que são clientes desses sistemas".

Maurício também apresentou outros projetos da Prodesp, como serviços de infraestrutura de rede local, hospedagem multiforma, webmail, portais corporativos, GIP – Gestão Integrada de Processos, Data Center e o Sintonia – sistema que monitora a satisfação dos usuários de serviços prestados via atendimento presencial em órgãos públicos, em tempo real, auxiliando no monitoramento da produtividade e qualidade do atendente. (D.B.)

FIESP anuncia prêmio "Municípios que fazem render mais"

Reconhecer e valorizar os governos municipais que dedicam esforços voltados ao melhor uso dos recursos públicos e à capacidade de planejamento e gestão. Este é o objetivo do prêmio Municípios que fazem render mais, uma iniciativa da FGV e da FIESP, apresentada durante o 12º CBTIM na quarta-feira, dia 26.

O gerente do Departamento de Economia da FIESP e do CIESP, Guilherme Moreira, informou que o intuito é conferir visibilidade às administrações municipais que valorizam o planejamento, a democratização e a prestação de serviços de qualidade. "Queremos disseminar suas práticas de gestão, de forma a estimular outros mu-

nicipios a adotarem caminhos similares. As melhores práticas de gestão pública serão premiadas, incentivando os demais municípios".

Conforme destacou, é importante que as administrações funcionem de maneira mais rápida, sejam menos burocráticas e mais comprometidas com o desenvolvimento econômico, "o que é muito bom pra indústria e para as pessoas que moram nesses municípios".

O Comitê Técnico responsável pela primeira etapa do processo de premiação selecionou, em outubro, 32 municípios pré-finalistas entre os concorrentes ao Prêmio, no seu primeiro ano de realização no Estado de São Paulo. Desses, ficaram 15 finalistas para até nove premiações. A premiação está marcada para ocorrer em março de 2012.

Os critérios técnicos na avaliação dos municípios foram: sustentabilidade das ações, transparência da gestão pública por meio da publicação de dados, abertura à participação dos cidadãos nas decisões governamentais por canais diversos, contribuição ao desenvolvimento local, relação entre custeio (para atividades-meio e atividades-fim) e investimento, qualidade dos investimentos públicos e responsabilidade fiscal e social.

Após explicações sobre o projeto e as iniciativas da FIESP, Guilherme colocou a Federação à disposição da APM para apoiar eventos como o CBTIM, "que promove ganho de experiência e qualidade". (D.B.)



Palestra sobre radiação não ionizante atrai a atenção dos congressistas

A radiação não-ionizante e sua interação com a saúde humana foi tema do painel da Oi Telefonia, na manhã de quarta-feira, no 12º CBTIM.

A palestra foi ministrada pelo engenheiro de telecomunicações do Centro de Estudos de Telecomunicações da PUC do Rio, dr. Gláucio Lima Siqueira, que atraiu a atenção dos congressistas. "Estou nessa área há 30 anos e tenho periodicamente dado palestras sobre esse assunto que é a preocupação que todo mundo tem com a problemática da interação entre radiação não ionizante e o corpo humano".

Gláucio falou sobre as principais polêmicas envolvendo a discussão de uso de aparelhos celulares e a incidência de câncer. "Hoje, temos cinco bilhões de telefones celulares, para 7,5 bilhões de habitantes. Muitos falam que os celulares são suspeitos de

causar vários tipos de doença, inclusive o câncer, mas cada época tem seu alvo. Nos anos 80 falavam que as telas de computadores pessoais causavam aborto espontâneo e deformação no feto", informou.

O palestrante elencou algumas falhas apontadas pela comunidade científica internacional, para desmistificar essa polêmica: "número muito pequeno de doentes, teste estatístico não confiável; tempo extremamente curto de exposição e seguimento; impossível desenvolver câncer nesse período, com um agente tão fraco e apenas uma área exposta; que pode ser devido a outro fator ambiental não detectado".

Mostrou um Estudo Dinamarquês (dez 2006), afirmando que não existe risco aumentado de câncer ou leucemia entre usuários de celulares, mesmo entre os de uso prolongado. "Quanto ao câncer cerebral,



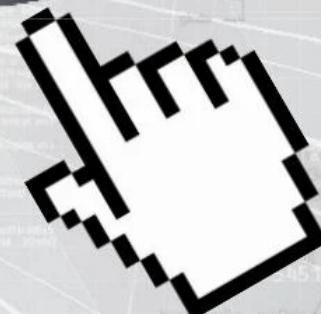
pessoas com mais de 10 anos de uso de celulares tiveram menor risco do que os não usuários".

Conforme explicou, não há efeito danoso porque os campos eletromagnéticos utilizados em telefonia celular não têm capacidade de ionização das moléculas no corpo e os níveis de intensidade são centenas ou milhares de vezes inferiores aos limites de segurança, "não apresentando riscos à saúde". "Radiações não ionizantes não têm efeitos cumulativos sobre as estruturas celulares vivas", concluiu. (D.B.)

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios DE SÃO PAULO

**AGORA SUA REVISTA MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL
EM VERSÃO ON-LINE. ACESSE:
WWW.APAULISTA.ORG.BR
E TENHA OS MUNICÍPIOS PERTO DE VOCÊ**





Painel discute acesso das pessoas com deficiência às ferramentas de TI

O coordenador de comunicações da Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Luis Carlos Lopes, comandou o painel Acesso das pessoas com deficiência às ferramentas de TI, na quarta-feira, dia 26.

Lopes mostrou os principais trabalhos da pasta e abordou temas como inclusão social, inserção no mercado de trabalho, tecnologia assistiva e a questão da acessibilidade. "Ter acesso à tecnologia pode fazer a diferença entre você ser uma pessoa produtiva, integrada à sociedade ou uma sem cidadania, sem contato com o mundo, sendo um ônus ao estado em termos de benefícios sociais".

Conforme destacou, a tecnologia é um dos pontos fundamentais para que esse processo de inclusão seja implementado. "O computador é uma ferramenta essen-

cial. Sou jornalista e o fato de poder usar o computador, fazer entrevistas por email, usar skype e mandar matérias à distância, me deu alcance profissional igual a outra pessoa".

Apresentando alguns números (hoje um bilhão de pessoas no mundo e 15% da população no Estado de São Paulo têm algum tipo de deficiência), o coordenador de comunicações enfatizou a importância da adaptação para inclusão social e mencionou alguns problemas de "cidades deficientes".

Secretaria

A Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência foi criada no ano de 2008 e já conta com 32 coordenadorias municipais e mais de 90

instâncias ligadas ao tema.

O diretor da APM, Carlos Cruz, assessor político parlamentar da Secretaria, afirma que eles têm como missão ser referência mundial em 2015 no respeito aos direitos da pessoa com deficiência. "O estado só será referência mundial em acessibilidade, cidadania e inclusão social se os municípios o forem. Nossa peregrinação é mostrar o que o Estado está fazendo, mas pedir aos municípios que façam também a sua parte".

O presidente da APM, Marcos Monti, aproveitou para registrar que a secretária Linamara Battistella sempre fez questão de participar dos eventos da APM, levando a mensagem da importância de se trabalhar o direito das pessoas com deficiência. "Muitas secretarias foram montadas nos municípios graças a esse trabalho. Temos que ressaltar esse DNA da Linamara de ter os municípios como parceiros".

O prefeito de Bertioga, José Dedemo Mauro Orlandini, mencionou o programa Praia Acessível, que dá acesso às pessoas com deficiência ao mar, mostrando um caso de sucesso em seu município para servir de exemplo aos demais. "É um trabalho maravilhoso de integração com a sociedade, que tem me deixado bastante satisfeito", finalizou. (D.B.)

Prefeitos destacam economia gerada após uso do Diário Oficial Eletrônico



Economia, praticidade e agilidade. Essas são as principais vantagens do Diário Oficial Eletrônico, serviço que é oferecido pela APM aos municípios paulistas e que foi tema de painel do 12º CBTIM, na quarta-feira, dia 26.

Os prefeitos de Bocaina, João Francisco Bertoncello Danieletto, e de Taquarituba, Miderson Zanello Milleo, que já utilizam o Diário Oficial Eletrônico, mostraram aos congressistas o seu funcionamento, destacando os benefícios conquistados. "Podemos publicar todos os atos administrativos e normativos, avisos de homologação, editais de licitação, leis e decretos, circulares, despachos, editais de concurso público, relatórios de gestão fiscal, atas do conselho municipal, dentre outros", salientou o prefeito de Bocaina.

João Danieletto lembrou que avisos de

tomadas de preço e concorrência pública, leilão e aviso de licitação com recurso federal ainda precisam ser publicadas no Diário Oficial do município.

O prefeito de Taquarituba apresentou, por meio de gráficos, a economia gerada. "Tivemos uma economia de mais de 30%. São muitos os benefícios, como, por exemplo, baixo custo, agilidade e segurança", acrescentou. O primeiro município a aderir ao Diário Eletrônico foi Mococa, com uma economia de 80%.

O diretor comercial da Vox Tecnologia, Samuel Porto, fez considerações no aspecto técnico e jurídico. "O município tem a liberdade de fazer atualizações no site e também não há limite na quantidade de publicações", explica.

As matérias são cadastradas diretamente pelos municípios na internet, com

total autonomia. É importante informar que a versão eletrônica tem a mesma segurança das versões impressas, visto que as edições são certificadas em estrita obediência à Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil. Isso garante a autenticidade, integridade e validade jurídica das matérias.

O presidente da APM, Marcos Monti, afirmou que o dever da Associação é mostrar as possibilidades que o município tem de economia e gestão. "Parabenizo os prefeitos que já estão utilizando e esperamos que a gente possa fazer mais adesões".

Marcos Monti também anunciou uma futura parceria com a Imprensa Oficial, para trabalharem juntos na divulgação desta ferramenta. (D.B.)

Allen Informática participa de painel do 12º CBTIM

A gerente geral de produtos e marketing da Allen Informática, Gabriele Oliveira, falou sobre a empresa e mostrou alguns projetos, no painel de quarta-feira do 12º CBTIM. "Somos uma empresa focada em governo e trabalhamos para atender a tecnologia de órgãos públicos".

A empresa possui um grupo de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), que tem estreita relação com universidades, institutos de pesquisa e instituições públicas, visando desenvolvimento tecnológico, novos produtos e soluções, além de pesquisar soluções inovadoras.

Os pesquisadores (mestres e doutores) são formados em engenharia de software, ciência da computação, engenharia eletrônica e outras áreas do conhecimento.

A palestrante apresentou aos congresistas alguns *cases* de sucesso, como o monitoramento do Censo 2010 do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Foi o primeiro Censo informatizado do mundo", ressaltou.

Conforme explicou, para garantir o controle da cobertura, a qualidade e a consistência das informações coletadas por 82 mil recenseadores, a Allen Informática desen-

volveu um sistema automatizado através do PDA (Personal Digital Assistant) da Microsoft, um coletor eletrônico de dados que substitui os questionários de papel.

A decisão agilizou o processamento das informações, possibilitando aos pesquisadores corrigir, com apenas alguns cliques, informações anotadas de forma incorreta. "Ainda garantiu a segurança e a confidencialidade das informações, uma vez que os dados foram criptografados".

A Allen também fez a migração de todo o parque do TRF - Tribunal Regional Federal - 3ª Região. "Implementamos solução de gerenciamento e monitoramento. Para a Copa de 2014, cuidaremos de toda a tecnologia de órgãos públicos, atendendo várias frentes", anunciou.

Ao final da palestra, Gabriele informou aos prefeitos que a empresa está à disposição para ajudá-los a colocar alguns programas em prática. (D.B.)





Banco do Brasil fala sobre programa que promove inclusão digital nas escolas

O superintendente Regional de Governo do Banco do Brasil, Jocil José Centanin, apresentou no 12º CBTM o Prouca - Programa um computador por aluno, que prevê a informatização dos municípios com financiamento de computadores novos.

Este programa do Governo Federal visa promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino estadual, distrital ou municipal, mediante a aquisição e utilização de soluções de informática constituídas de equipamentos de informática, programas de computador (software) neles instalados e de suporte e assistência técnica necessários ao seu funcionamento. "O Banco do Brasil financia os computadores novos. A ferramenta vem ao encontro dessa modernidade, pois proporciona a transparência que a gestão

precisa e a população merece".

O palestrante também divulgou outras linhas de créditos disponíveis para as Prefeituras, como a Linha Proviás e o programa Caminho da Escola. "São formas de as Prefeituras poderem modernizar o atendimento, com eficiência e transparência na gestão pública".

O Programa de Intervenções Viárias (Proviás), do Governo Federal, tem por objetivo financeiramente a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais novos produzidos no país e cadastrados pelo BNDES no CFI - Credenciamento de Fornecedores Informatizado, destinados a intervenções em vias públicas, rodovias e estradas.

Já a Linha Caminho da Escola é um Programa do Governo Federal para re-

novar e ampliar a frota de veículos novos destinada ao transporte diário de alunos de escolas da rede pública da educação básica, por meio de concessão de operações de crédito aos Estados, Distrito Federal e Municípios brasileiros.

Também falou do PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – programa do BNDES destinado à modernização da administração tributária e à melhoria da qualidade do gasto público dentro de uma perspectiva de desenvolvimento local sustentado. "Apoiamos projetos voltados à melhoria, eficiência e transparência na gestão pública, como uma forma de as prefeituras poderem modernizar o atendimento", concluiu. (D.B.)

Instituto Crescer para a Cidadania incentiva uso de um computador por aluno



A consultora da Web e Educação do Instituto Crescer para a Cidadania, Renata Aquino, ministrou palestra no painel Educação e Mobilidade, na tarde de quarta-feira, no 12º CBTIM.

O Instituto Crescer tem como missão atuar como agente transformador, criando oportunidades de crescimento e desenvolvimento de pessoas e organizações, rumo à cidadania. "Queremos ser referência global na construção e disseminação de tecnologias sociais que promovam o despertar protagonista de pessoas e organizações, contribuindo para um mundo melhor".

De acordo com Renata, os projetos desenvolvidos pelo Instituto Crescer para a Cidadania adotam metodologia parti-

pativa, envolvendo os diferentes agentes que fazem parte do processo, em ações de reflexão, aprendizagem e planejamento das intervenções sociais.

A Educação é o principal foco de trabalho. "Nossas estratégias são organizadas com base nos quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, presentes no Relatório da UNESCO elaborado pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI".

Com esta filosofia, eles desenvolveram o portal "Educação um a um", em parceria com a Intel, para incentivar o uso de um computador por aluno nas salas de aula. "Destaco aqui o Prouca - Programa um

Computador por Aluno – e as linhas de financiamento que o Banco do Brasil oferece. Em 2010, o Prouca chegou a 150 milhões de alunos em 300 escolas", enfatizou.

O Instituto Crescer também atua junto às escolas com programa de formação para professores, promovendo experiências com laptops educacionais.

Na opinião da palestrante, o uso de TI na área educacional precisa se tornar realidade nos municípios. "Tem que passar a ser uma educação de verdade, não um privilégio para poucos. Além disso, é importante que os gestores tenham em mente que tudo que é feito de TI em políticas públicas precisa ter continuidade". (D.B.)



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo implanta processo eletrônico

Um dos mais esperados painéis do 12º CBTIM foi o do Tribunal de Contas, comandado pela assessora técnica-procuradora do TCE, Sandra Maia de Souza, e pelo diretor técnico de divisão, Eduardo Paravani, na quarta-feira, dia 26.

O presidente da APM, Marcos Monti, abriu os trabalhos, agradecendo o TCE em nome do presidente Cláudio Alvarenga, que sempre recebe a APM nas audiências e leva a contribuição do TCE nos eventos da Associação. "Somos parceiros do TCE e queremos mostrar aos municípios que podemos ter uma gestão eficiente e transparente".

Em seguida, os técnicos divulgaram a Resolução 01/2011, que regulamenta o processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para a tramitação de processos, comunicação de

atos e transmissão das peças processuais.

Sandra destacou os principais objetivos desta nova ferramenta, como eliminar os papéis, gerando maior acessibilidade e transparência; promover o incremento na produtividade dos servidores envolvidos e propiciar a melhoria na eficiência das atividades jurisdicionais, com maior racionalização dos serviços de sua competência. "Queremos proporcionar uma forma de comunicação mais eficiente entre os jurisdicionados, advogados e os cidadãos".

Dentre as vantagens, elencou: maior celeridade ao trâmite processual; aperfeiçoamento da gestão de documentos; redução dos custos financeiros, operacionais e ambientais associados à impressão de documentos em papel; extinção de tarefas de trânsito de autos de papel entre prédios e demais dependências; maior agilidade

e qualidade na instrução e manifestações técnicas; maior segurança da informação; transparência na consecução dos atos administrativos; possibilidade de otimização de processos de trabalho, dentre outras.

Conforme explicou, todos os órgãos sob a jurisdição do Tribunal de Contas estão sendo persuadidos a fazer o cadastramento não só de seu ordenador, como também de seu procurador jurídico e de seu chefe pelo setor de licitações. "O formulário tem que ser encaminhado ao Tribunal de Contas, juntamente com os documentos: CNPJ, CPF, RG, órgão de classe, entre outros".

No final de sua explanação, Sandra mostrou na prática o funcionamento do programa e esclareceu todas as dúvidas dos congressistas. Mais informações sobre o processo eletrônico podem ser obtidas no site do TCE: www.tce.sp.gov.br. (D.B.)

APM sorteia iPad 2 no encerramento do 12º CBTIM



O presidente da APM, Marcos Monti, comandou a solenidade de encerramento do 12º CBTIM (Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios), realizado entre os dias 24 e 26 de outubro, no Hotel Vitoria, em Indaiatuba.

Em seu discurso, agradeceu ao prefeito Reinaldo Nogueira pela acolhida. "Indaiatuba tem uma gestão eficiente, que cresce, está próxima à Campinas, ao aeroporto e tem o privilégio de receber muitos investimentos".

Marcos Monti também agradeceu todos os patrocinadores do CBTIM, enaltecendo a parceria com os mesmos em prol dos municípios, e os congressistas, responsáveis pelo sucesso do evento. "Estamos bastante realizados com o 12º CBTIM. Temos a certeza que cumprimos com nosso papel de orientar e mostrar às gestões públicas quais os caminhos mais rápidos e fáceis para uma boa gestão".

Aproveitou para anunciar o 56º Congresso Estadual de Municípios, que será realizado de 13 a 16 de março, no município de São Vicente.

O vereador Luis Alberto Pereira discursou em nome do prefeito Reinaldo Nogueira e do presidente da Câmara Municipal, Luis Carlos Chaparim. "Agradeço todos vocês por terem vindo a Indaiatuba. Estamos sempre de portas abertas e nos colocamos à disposição para que juntos possamos fazer um país melhor, mais sério e eficiente".

Sorteios

Foram sorteados diversos brindes aos congressistas, como pen drives personalizados da APM e bolsas, jogos de canetas, agendas, bolsa de couro, mochilas e impressora, dos patrocinadores Microsoft, Prodesp, Banco do Brasil, OI Telefonia e Allen informática.



O principal prêmio entregue no CBTIM – um iPad 2 de 16GB – foi um oferecimento da APM. A ganhadora foi a assessora da Prefeitura Municipal de Parnaíba, Cecília Pereira Sergio Leite. (D.B.)



Galeria de Fotos







Foto: Daniela Bertoldo



APM lança 56º Congresso Estadual de Municípios

Evento ocorrerá em São Vicente, pelo segundo ano consecutivo

Por: Daniela Bertoldo

Com a presença de diversas autoridades, expositores e patrocinadores, o presidente da APM, Marcos Monti, lançou o 56º Congresso Estadual de Municípios, que será realizado entre os dias 13 a 16 de março de 2012, em São Vicente.

O coquetel de lançamento ocorreu no Memorial da América Latina, no foyer da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência,

na noite da última terça-feira, dia 22.

Estiveram presentes: a secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Linamara Rizzo Battistella, representando o governador Geraldo Alckmin; o 1º vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, deputado Celso Giglio; o prefeito de São Vicente, Tércio Garcia; o presidente da Câmara de São Vicente, Pedro Gouveia; o presidente

do CEPAM, deputado Lobbe Neto; o presidente da UVESP (União dos Vereadores do Estado de São Paulo), Sebastião Misiara; o prefeito de Bilac e presidente da AMTAG – Associação dos Municípios do Médio Tietê e Aguapeí – José Roberto Rebelato (Beto), além de diretores da APM, prefeitos, vereadores, empresários e demais autoridades.

Em seu discurso, o presidente da APM agradeceu a hospitalidade da secretaria ►

Linamara por ter cedido o espaço e também por sempre participar dos eventos da Associação e cumpriu o prefeito Tércio Garcia por novamente receber o Congresso. "A Prefeitura não mede esforços para que tudo saia a contento".

Marcos Monti ressaltou que pela primeira vez a APM antecipa o lançamento do Congresso e convidou a todos para estarem presentes neste evento, marcado por importantes debates e reivindicações. "Paralelo ao Congresso, temos a Exposição de Produtos, Serviços e Tecnologias, que só acontece devido à participação das empresas de vocês que estão aqui hoje".

O prefeito de São Vicente afirmou ser um orgulho muito grande receber novamente o Congresso de Municípios. "É um sinal positivo de que trabalhamos bem em conjunto e isso mostra que estamos especializados em eventos de grande porte, que atraem visitantes, aquecem a economia e geram empregos. O 55º Congresso foi muito bom e esse será melhor ainda".

A secretária Linamara Battistella falou em nome do governador Geraldo Alckmin, ressaltando que ele vê a 56ª edição do Congresso com bastante entusiasmo, pela força que o municipalismo tem no Estado de São Paulo e pela importância em todo o Brasil.

Em sua opinião, nada pode ser mais oportuno do que a discussão, a troca de experiências e apropriação de novos conhecimentos. "Essa é a grande missão de um Congresso como o da APM, onde são expostos serviços para os municípios e onde se discute a melhor estratégia para garantir o desenvolvimento local".

Ao término de suas explanações, Linamara assegurou a presença do governador Geraldo Alckmin no Congresso. "Ele entende de que nada pode ser mais importante do que esse alinhamento, que não é partidário, mas é político, entre governo do Estado e prefeitos na busca do desenvolvimento maior para o Estado". Confira nas próximas páginas as fotos do evento.■



Evento

Fotos: Daniela Bertoldo e Reinaldo Vaz







Evento





Guarulhos ganha sua segunda estação de tratamento de esgoto

A ETE Bonsucesso aumenta capacidade de tratamento no para 35%; programa de saneamento básico recebe R\$ 771 milhões de investimentos

Por: Assessoria de Imprensa

Tratamento de esgoto em Guarulhos virou uma questão de honra para a administração do prefeito Sebastião Almeida (PT). Durante muitos anos, a segunda maior cidade do Estado de São Paulo, com uma população de 1,3 milhão de habitantes, foi apontada – injustamente, diga-se de passagem – como uma das principais vilas pela poluição no Rio Tietê. Com apoio do

Governo Federal, o município começou a dar passos importantes para reverter esse quadro. Em menos de três anos, a cidade ganhou duas estações de tratamento, nas regiões do São João e do Bonsucesso, que permitirão sair de uma taxa zero de tratamento para 35%. E a meta ambiciosa do prefeito Sebastião Almeida prevê dobrar essa capacidade de tratamento

até o final do ano que vem.

“Não conheço nenhuma cidade do País que tenha investido tantos recursos em Saneamento Básico num espaço tão curto de tempo”, afirma o prefeito de Guarulhos, Sebastião Almeida. Com as duas unidades em funcionamento, já é possível tratar o esgoto de 455 mil moradores de Guarulhos. A expectativa é que sejam iniciadas as ►

Ações em destaque

obras de uma terceira unidade no início do próximo ano, ampliando a oferta do serviço a outros 15% da população – o restante da cobertura seria realizada pela ETE São Miguel, do Sistema Metropolitano, em São Paulo.

No total, Guarulhos receberá R\$ 771 milhões do Governo Federal para investimentos em Saneamento Básico, dos quais 20% contarão com contrapartida do município. "Seria impossível tirar essas obras do papel sem a ajuda do Governo Federal. São obras caras, modernas e que exigem muita atenção dos gestores públicos", destaca Almeida. O prefeito lembra que a cidade foi taxada como a principal vilã pela poluição no Tietê nos últimos anos, embora não tenha recebido recursos do Governo Estadual para lidar com a situação. "Transformaram um assunto sério em uma disputa política. Quem saiu perdendo, sem dúvida nenhuma, foi a população".

Projeto ambicioso

Segundo o prefeito, a construção das ETEs é realizada pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto, o Saae, com base em um planejamento bastante elaborado. Até o início de 2001, a autarquia municipal se debruçava para solucionar o problema de abastecimento de água em várias regiões da cidade. A partir de 2004, o Saae elaborou um ambicioso Plano Diretor do Sistema de Esgotamento sanitário, com metas para alcançar os 100% do tratamento de esgoto nas próximas duas décadas. "É incrível imaginar que há uma década sofriamos com a falta de água e que hoje podemos iniciar a operação de modernas estações de tratamento de esgoto", afirma o prefeito. "Vamos avançar ainda mais nessa área e, com certeza, teremos condições em breve de tratar a totalidade do esgoto produzido no município".

A construção das unidades de tratamento de esgoto de Guarulhos faz parte da política de valorização de qualidade de vida, implementada pelo governo municipal. Nos

últimos três anos, a cidade ganhou novos parques, ciclovia, unidades de saúde 24 horas, ampliação de unidades hospitalares, e Centros de Educação Unificado, os CEUs. "Nossa mentalidade é de que investimentos em equipamentos que promovam a qualidade de vida da população têm impacto imediato no cotidiano. Não tenho dúvidas que o tratamento de esgoto reduzirá consideravelmente o número de atendimentos nos hospitais da cidade", destaca o prefeito.

Com a inauguração das ETEs Bonsucesso e São João, Guarulhos já é atualmente a 13ª cidade que mais trata esgoto

entre os 39 municípios que compõem a Grande São Paulo. Com a inauguração da ETE Várzea do Palácio, e da integração com o Sistema Metropolitano, a cidade poderá alcançar a terceira posição nesse ranking. "Vamos buscar os primeiros lugares desse ranking e deixar a posição incômoda de poluidores do Rio Tietê para trás. Esperamos que as outras cidades da região possam nos acompanhar e também contribuam com o Meio Ambiente. Sem o esforço de todos, não haverá milagres para trazer a vida de volta aos nossos córregos e rios", conclui Almeida. □





Serviços de estacionamentos

Estacionamentos são serviços bastante utilizados. Dão mais conforto, segurança e muitas vezes fazem a diferença na hora do consumidor escolher a loja, restaurante, supermercado etc. A Fundação Procon-SP dá dicas para evitar eventuais problemas na utilização desse tipo de serviço.

No caso de estacionamentos avulsos, os preços não são tabelados e variam de acordo com cada região. Devem estar afixados em local visível e de fácil leitura. E devem informar também o número de vagas, a presença de manobristas e a existência de seguro contendo número da apólice, seguradora, data do término da cobertura e os riscos compreendidos.

É sempre importante verificar se o relógio do local está de acordo com o utilizado pelo consumidor. Outros pontos a serem conferidos são: se a identificação do veículo

(modelo, placa) está correta e se há prazo de tolerância, lembrando que a cobrança de fração de hora é uma liberalidade do estabelecimento.

Caso seja notado algum dano ao retirar o veículo, deve-se informar na hora e formalmente o ocorrido, protocolando documento junto ao estabelecimento, além de registrar boletim de ocorrência em uma delegacia. Tais registros servirão de prova em caso de discussão judicial. Isso não impede, porém, de tentar um acordo amigável.

É considerada uma prática abusiva a exigência do pagamento da estadia máxima, em caso de extravio do comprovante do estacionamento, quando o fornecedor, por outros meios, puder determinar ou estimar o tempo utilizado pelo usuário. No entanto, havendo prejuízo, como a perda do cartão magnético ou assemelhado, o fornecedor

poderá pleitear o ressarcimento.

Outros locais em que o consumidor conta com estacionamentos são os shoppings, supermercados e lojas de departamento. Esses estabelecimentos são cadastrados e fiscalizados pela Prefeitura e a legislação determina seguro obrigatório para aqueles que possuam número de vagas superior a 50. A cobrança e respectivos valores são liberalidade de cada estabelecimento, no entanto, deve haver informação clara ao consumidor.

O Procon-SP recomenda aos usuários desses locais guardarem todo e qualquer comprovante de uso do estacionamento ou, ainda, nota fiscal, ticket de compra ou similar que comprovem que esteve no estabelecimento. Esses documentos constituirão prova em caso de abertura de reclamação por problemas de dano, furto ou roubo do veículo.

Outro serviço bastante oferecido por bares, restaurantes e baladas são os valets. Esses estabelecimentos respondem pela reparação de danos ou quaisquer outros prejuízos que o consumidor venha a ter enquanto seu veículo estiver sob sua responsabilidade.

Informações quanto a valor da prestação de serviço, endereço onde o veículo será estacionado, valor do seguro e o número de vagas que o estacionamento comporta deverão estar afixadas em local apropriado e visível ao consumidor.

É importante certificar-se de que realmente as chaves do carro estão sendo entregues ao manobrista do local em questão e se ele não será estacionado em vias públicas, prática proibida por lei.

Deve-se exigir e guardar o recibo de entrega e/ou pagamento, com as seguintes anotações: nome da empresa; número do CNPJ; dia e horário do recebimento e da entrega do veículo; modelo, marca e placa do veículo; local onde o veículo foi estacionado e a frase "A empresa prestadora dos serviços de 'valet' assim como o estabelecimento são solidariamente responsáveis por quaisquer danos causados aos veículos". ▀

A SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO EM ASSENTAMENTOS URBANOS PRECÁRIOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Por: Luciana Alves – pesquisadora do IPT

Segundo o relatório 2007, do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) sobre o estado da população mundial, neste milênio o número de pessoas vivendo em favelas representa 1 em cada 3 habitantes urbanos.

Estima-se que, na cidade de São Paulo, aproximadamente 20% da população viva em favelas e cortiços, exposta a condições extremas de vulnerabilidade social, o que aumenta a suscetibilidade dessas comunidades frente aos riscos, sejam de desastres naturais ou causados pelo homem. Destaca-se aqui o risco de incêndio.

Daí a importância dos Institutos Públicos de Pesquisa (IPPS) e da Academia subsidiarem, com os conhecimentos de que dispõem, a concepção e a implementação de políticas públicas que melhorem a qualidade de vida dos moradores de nossas cidades.

O risco de incêndio potencializa-se com o aumento da concentração populacional nesses assentamentos, com o crescimento da utilização de equipamentos elétricos, supridos por instalações elétricas precárias, maior aglomeração de materiais combustíveis, dentre outros. Somados à falta de conscientização, por parte da população, dos riscos aos quais está exposta e, consequentemente, do despreparo para atuar preventivamente e em situações de incêndio.

Segundo dados do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo, em 2010, dos 144 incêndios em cortiços e favelas que ocorreram em todo o estado, 70% concentrou-se na Região Metropolitana de São Paulo.

Se considerarmos que um dos fatores determinantes do nível de criticidade de um risco é a forma como a comunidade percebe, interage e está preparada para responder a ele, as soluções propostas pelas instituições responsáveis não podem prescindir de mecanismos que levem em conta a cooperação da comunidade ou de organismos sociais organizados, sempre que possível. Ou seja, a busca de soluções, em muitos casos, deve analisar os aspectos da realidade local que possam ser incorporados para gerar e prover ações capazes de minimizá-lo.

O que pode parecer bastante complicado teoricamente, na prática tem se mostrado bastante simples e eficaz. Um bom exem-

plho do envolvimento da comunidade para minimizar os riscos de incêndio é o Programa de Segurança Contra Incêndio em Assentamentos Urbanos Precários - PSIAUP, que consiste, resumidamente, na criação de uma brigada de incêndio comunitária capaz de identificar e minimizar, na medida do possível, os riscos de incêndios, por meio de ações de prevenção, além de atuar de forma efetiva em princípios de incêndio até a chegada dos Bombeiros, visando eliminar o foco ou impedir a propagação para outras unidades.

Em 2003, sob a coordenação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT, em parceria com diversas entidades públicas e privadas, além de uma organização não governamental, o Programa de Segurança Contra Incêndio foi implantado, em caráter piloto, na favela da Vila Dalva (MSP), e, em 2004, capitaneado pela Prefeitura de São Paulo, o ▶

Comunidades	Nº de famílias em beneficiadas	Nº de Brigadistas
MARIA CURSI – Zona leste	480	72
VILA DALVA – Zona oeste	2.400	77
JARDIM JAQUELINE – Zona oeste	3.000	56
CABUÇU-VILA NILO – Zona norte	500	57
VIELA DA PAZ – Zona sul	700	10
CORTIÇO DA RUA SÓLON - Centro	42	22

programa foi expandido para 4 comunidades e um cortiço.

O Programa consiste de três etapas: a primeira refere-se à sensibilização da comunidade para receber o Programa, quando são apresentados aos moradores os riscos existentes e são feitas as inscrições dos interessados para participação no treinamento. A segunda etapa consiste no treinamento de fato, quando são ministradas, nos horários diurnos e noturnos, aulas teóricas sobre prevenção, formação da brigada, primeiros socorros e combate a incêndio, com ênfase na questão do princípio de incêndio. Em seguida, é realizada uma aula prática, quando os brigadistas têm a oportunidade de experimentar o que aprenderam, manipulando extintores de incêndio, conhecendo o tamanho do fogo que pode ser enfrentado com segurança, além de entenderem a importância da atuação em equipe.

Cabe destacar que um grande diferencial desse Programa é a tecnologia utilizada: todos os extintores doados às comunidades e usados nos treinamentos foram do tipo pó ABC, por sua capacidade extintora, pela adequação no combate a qualquer classe de fogo, além de ser leve, uma vez que muitas mulheres compõem as brigadas.

A terceira e última etapa é a cerimônia de formatura, quando cada brigadista, recebe, de forma solene, o diploma de Brigadista e assume o compromisso de zelar pela prevenção. Em seguida, os demais membros da comunidade são incorporados pelo Programa por meio das ações de conscientização e orientações a cargo dos brigadistas.

Desde a implantação do Programa, mais de 120 princípios de incêndio foram combatidos com sucesso pelas respectivas Brigadas, evitando a ocorrência de incêndios de grandes proporções. Inúmeras vidas foram salvas, inclusive algumas crianças foram resgatadas de dentro de casas em chamas.

O custo de implantação do PSIAUP representa menos de 10% dos gastos da Prefeitura com ações de resposta a esse tipo



de ocorrência.

A viabilidade econômica e os resultados do Programa, ao longo dos oito anos de sua implantação, associados a impactos positivos indiretos registrados em todas as comunidades beneficiadas, tais como: organização da comunidade, mobilização para outros programas (relacionados à saúde ou à capacitação) e promoção de melhorias na qualidade de vida, são determinantes para que ele seja apontado como solução para a

questão da segurança contra incêndio em assentamentos urbanos precários.

O PSIAUP ainda motivou a aprovação da Lei Municipal Nº 15.022, em novembro de 2009, que cria o Programa de Prevenção aos Incêndios nas Favelas do Município e originou o Previn - Programa de Prevenção Contra Incêndios em Assentamentos Precários da Prefeitura Municipal de São Paulo que, segundo declarações da Prefeitura, será implantado na cidade. ■



Associação dos Municípios do Médio Tietê e Aguapeí

Por: Assessoria de Imprensa

A AMTAG (Associação dos Municípios do Médio Tietê e Aguapeí) foi criada com o objetivo de fortalecer política e administrativamente os 12 municípios que a compõem: Avanhandava, Alto Alegre, Bilac, Braúna, Clementina, Coroados, Gabriel Monteiro, Glicério, Piacatu, Luiziânia, Santópolis do Aguapeí.

A AMTAG é um caminho escolhido pelos pequenos municípios que enxergaram a importância de somar e dividir para o alcance dos objetivos. Nos setores básicos da

infraestrutura, e principalmente da agricultura, esses municípios têm muito a promover em conjunto, proporcionando benefícios para toda uma população regional. Se as dificuldades existem, a união a exemplo da AMTAG é um instrumento para encontrar as soluções.

Pensar e planejar regionalmente sempre foi necessário, por isso a AMTAG atua para a viabilização dos projetos que promovam a integração ampla dos municípios.

Entre outras propostas, a AMTAG reivin-

dica a melhor distribuição do bolo tributário. Isso porque a União fica com 60% de tudo arrecadado no Brasil. Já o Estado e Município dividem os 40% restantes - respeitando a proporção de 25% e 15%, respectivamente. "Municipaliza-se a educação e saúde, mas o governo federal não concede a contrapartida. Simplesmente jogam a responsabilidade. Já há uma dificuldade imensa para honrar os compromissos firmados com os fornecedores" diz o presidente da entidade José Roberto Rebelato, prefeito de Bilac.■

Página da História

Por: Carlos Cruz

Nesta edição, Página da História faz uma viagem do passado ao presente, com a ideia de reverenciar personalidades que, em seus tempos, viveram ou vivem intensamente a proposta municipalista.



O Senador Franco Montoro prestigia com sua presença o Congresso de Municípios de 1977, sendo recebido pelo presidente Wilson José



Senador Franco Montoro em ambiente de seu absoluto agrado, em nosso Congresso de 1980, interagindo com seus liderados municipalistas



Em 1971, o então governador Laudo Natel prestigia nosso Congresso, sendo recepcionado pelo presidente da APM, Wilson José



Flagrante da passagem da então ministra Dilma Rousseff por um de nossos Congressos, ladeada pelo Deputado Barros Munhoz e pelo nosso presidente Marcos Monti

Fundo Social de Solidariedade do Município de Ibitinga

Por: Alliny Rogério

O Fundo Social de Solidariedade de Ibitinga (FUSSI) tem como objetivo auxiliar as pessoas em vulnerabilidade social do município, além de realizar sonhos.

Presidido pela primeira dama Elenice Fonseca, o FUSSI se destaca dia-a-dia na sua atuação social, pois colabora para inserção de pessoas no mercado de trabalho e na sociedade, proporcionando complementação de renda familiar, por meio dos cursos de curta duração, como de culinária, etiqueta social e artesanato em geral.

Através da parceria imprescindível com o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (FUSSESP), há realizações de trabalhos integrados como: Campanha do Agasalho, Campanha em prol as vitimas das enchentes e catástrofes ambientais, Padaria Artesanal, Jogos Regionais do Idoso (JORI), Programam "Lençol Amigo" (distribuídos aos leitos SUS do município) e convênio para realização do projeto "Costurando Novos Caminhos".

Para auxiliar as entidades assistenciais do município, desde 2010 o FUSSI mantém a campanha permanente da "Nota Fiscal Solidária", onde os cupons arrecadados são distribuídos de forma igualitária as entidades, contribuindo para complementação de renda das mesmas.

Além disso, existem outras campanhas e programas permanentes que a primeira dama, Elenice Fonseca, valoriza e faz questão de manter, como: Campanha de Conscientização Ambiental, onde existe a



troca do óleo sujo de cozinha por barra de sabão; Programa "Boa Visão", com distribuição gratuita de lentes oculares; Programa "Gota de Leite", onde é feita a doação de leites especiais para recém-nascidos e prematuros ou com problemas específicos de saúde; Programa "Vai e Vem", com empréstimo por tempo determinado de cadeiras de rodas e banho, muletas, andadores e inaladores; Programa "Promovendo a Cidadania", que auxilia e orienta adolescentes carentes a tirar seus documentos; Programa "Emergencial", onde o FUSSI doa aos

mais necessitados órteses, próteses, cadeiras de roda especiais, medicamentos e até mesmo alguns exames médicos, além da doação de Kit Alimento para famílias que estão em situação crítica.

O FUSSI também promove grandes eventos e realiza sonhos. A escolha da Miss Terceira Idade Ibitinga é um dos exemplos, pois atua desde a seleção das candidatas até a realização do baile para escolha da Miss do ano.

De todas as campanhas, programas e projetos já citados, os mais aguar- ►

dados são: "Casamento Comunitário" e o baile para Debutantes carentes, do projeto denominado "Encanto de Menina". Esses seguem um padrão de qualidade e bom gosto criado e estipulado pela própria primeira dama, Elenice Fonseca. "Em todos os projetos do FUSSI sempre procuro e me preocupo em fazer e oferecer aos mais carentes do nosso município o que eu gostaria de receber se estivesse no lugar deles" cita.

Em cada edição do "Casamento Comunitário" a procura aumenta, uma vez que muitos casais aguardam a data para se unir em matrimônio e outros para oficializar sua união. A cerimônia conta com decoração adequada, distribuição de kits de enxoval e bolo para os noivos, vestido de noiva e álbum de fotografias sem custo algum para os participantes.

Já o projeto "Encanto de Menina" visa orientar adolescentes que vivem em área de risco social e as preparam durante meses para os obstáculos que possam surgir durante sua vida adulta e profissional. O encerramento do projeto contempla as adolescentes com um baile para as debutantes e seus familiares, com direito a buffet, decoração requintada, vestidos, sapatos, maquiagem, acessórios, valsa com padrinhos de honra, filmagem, fotografias, animação

com DJ, seguindo os padrões das festas tradicionais de 15 anos. E tudo isso também totalmente sem custo aos participantes.

Embora presidido pela primeira dama, o FUSSI não recebe nenhum recurso da municipalidade, por isso participa de muitos eventos para angariar fundos, como a tradicional Feira do Bordado de Ibitinga e o Corpus Christi. Existe também no espaço físico do Fundo Social o permanente "Armazém da Solidariedade" que, além de confeccionar e comercializar souvenirs de Ibitinga,

também recebe os trabalhos e produtos doados por pessoas e empresas voluntárias, que muito contribuem na complementação dos recursos. ▀

Fundo Social de Solidariedade de Ibitinga – FUSSI

Presidente: Elenice Fonseca

Av. Engenheiro Ivanil Francischini, 8797

Fone: 16. 3341.7339



A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E A INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO

Por: Antonio Sergio Baptista* e
Cristina Barbosa Rodrigues - advogada especialista em Direito Administrativo

O tema é polêmico e, por esta razão, é melhor iniciar sua abordagem registrando a lição do inesquecível mestre Hely Lopes Meirelles: "...a discricionariedade administrativa encontra fundamento e justificativa na complexidade e variedade dos problemas que o Poder Público tem que solucionar a cada passo e para os quais a lei, por mais casuística que fosse, não poderia prever todas as soluções, ou pelo menos, a mais vantajosa para cada caso ocorrente".

Até porque, conforme percebe Celso Antonio Bandeira de Mello, festejado administrativista pátrio, se a lei sempre "regulasse vinculadamente a conduta do administrador, padronizaria sempre a solução, tornando-a invariável mesmo perante situações que necessitariam ser distinguidas e que não se poderia antecipadamente catalogar com segurança". Daí a conveniência e oportunidade existente na escolha dos meios, ou seja, do modo de atuar, para chegar ao fim a ser atingido.

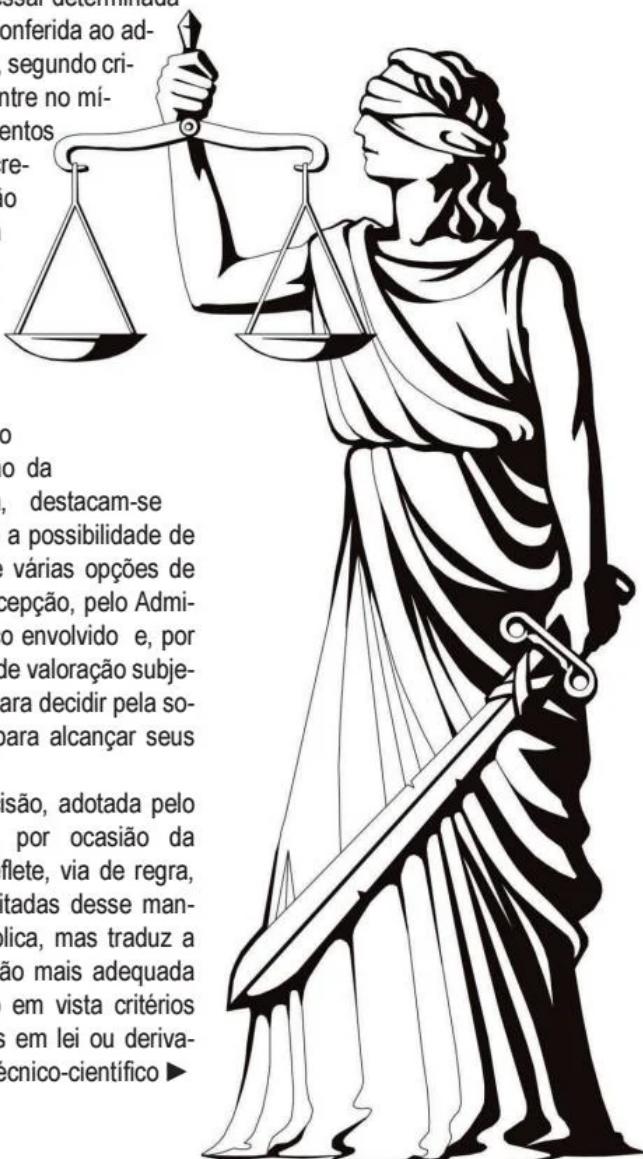
E, na mesma senda o professor Cretella Júnior registra que "ao livre e legal pronunciamento da autoridade administrativa que, consultando a oportunidade e a conveniência da medida, se traduz em ato desvinculado de prévia regra estrita de direito condicionante de seu modo de agir, num dado momento, damos o nome de poder discricionário da administração".

Dessa forma, se há alusão à possibili-

dade de escolha, sobressai determinada margem de liberdade, conferida ao administrador, para eleger, segundo critérios razoáveis, um dentre no mínimo dois comportamentos aplicáveis ao caso concreto, para adotar a solução mais conveniente para a satisfação da vontade legal, qual seja o interesse público.

Nessa seara, considerando que a finalidade pública é o fio condutor da atuação da Administração Pública, destacam-se no ato discricionário: (i) a possibilidade de escolha de uma dentre várias opções de ação; (ii) a devida percepção, pelo Administrador, do fim público envolvido e, por fim, (iii) a possibilidade de valoração subjetiva daquelas opções, para decidir pela solução mais adequada para alcançar seus objetivos.

O fato é que a decisão, adotada pelo administrador público, por ocasião da aplicação da lei não reflete, via de regra, avaliações livres e ilimitadas desse mandatário da vontade pública, mas traduz a concretização da solução mais adequada e satisfatória, tomando em vista critérios abstratamente previstos em lei ou derivados do conhecimento técnico-científico ►



ou da prudente avaliação da realidade, por onde se constata que esse juízo subjetivo nasce da lei que o autorizou e encontra limite no alcance da finalidade pública.

Diante do que foi ponderado e como bem pontua o já citado Celso Antônio, percebe-se que o fundamento da discricionariedade reside no intento de se cometer à autoridade o "dever jurídico de buscar identificar e adotar a solução apta a, no caso concreto, satisfazer de maneira perfeita a finalidade da lei, bem como reside na inexorável contingência prática de servir-se de conceitos pertinentes ao mundo do valor e da sensibilidade, os quais são conceitos chamados vagos, fluidos ou imprecisos".

Assim, delimitado o conceito de ato discricionário, adentra-se à segunda parte do tema, agora estabelecendo contraponto com a Lei 8.666/93 estatuto que, em diversas oportunidades, abre espaço para a atuação discricionária do administrador despondo, em especial, dois institutos que, amparados em matriz constitucional, abrem espaço pleno para o exercício da atividade discricionária do administrador público: (i) a dispensa e (ii) a inexigibilidade de licitação; institutos que abrigam um traço comum, ou seja, a permissão de contratação direta, para alcançar o objeto desejado pela Administração Pública.

Mas, é a inexigibilidade de licitação, disciplinada no artigo 25 da Lei nº 8.666/93 que, pelas suas características, abre maior espaço para a atuação discricionária do administrador público, bastando lembrar, como ponto de partida, que as hipóteses de dispensa de licitação, como postas na norma, não decorrem de inviabilidade de competição, como acontece, necessariamente, com as inexigibilidades.

Neste passo, é momento de anotar que o artigo 25 da Lei de Licitações alberga quatro hipóteses de contratação direta por inexigibilidade de licitação.

A primeira delas, estampada no caput do artigo 25, trata da inviabilidade de competição como regra geral, que se aplica a

todas as hipóteses da existência de uma única solução, ou seja, a absoluta ausência de qualquer possibilidade de competição, situação que não permite ao administrador algum tipo de escolha, ou seja, é aquela "ausência de pluralidade de alternativas" a que alude Marçal Justen Filho e, portanto, não há que se falar em discricionariedade do administrador.

A segunda hipótese, hospedada na regra de exceção das licitações, apesar da especificidade: a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros, também resulta em escolha única. "Se existe apenas um único produto em condições de atender à necessidade estatal, não há sentido em realizar licitação. Seria um desperdício de tempo realizar licitação.", anota o mesmo Marçal.

Nestes dois casos, a discricionariedade reside, apenas, na avaliação do interesse público para praticar ou não o ato, que não alberga qualquer outro tipo de vinculação.

Mas, diferentemente, as duas últimas hipóteses de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, estampadas nos incisos II e III do artigo 25, abrem espaço para o exercício do poder discricionário do administrador, porque admitem a escolha subjetiva, desde que preenchidos os requisitos postos na norma de regência.

Na hipótese do inciso II, estando presentes os requisitos de "serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização", é discricionária a avaliação, grafada na parte final do § 1º do artigo 25, que permite ao administrador "inferir" que o trabalho do profissional (ou empresa) "é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato".

Escolha discricionária, que carrega forte dose de subjetividade, presente no "requisito da confiança da Administração em quem deseja contratar", como bem anota o Mi-

nistro Eros Grau, em decisão do Supremo Tribunal Federal, da qual foi relator, assim entendida:

"Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseja contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação princípio do julgamento objetivo – é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associadas ao elemento subjetivo confiança."

E, para completar o raciocínio, não há porque deixar de enfrentar o quanto posto na hipótese estampada no inciso III do artigo 25 do estatuto, que admite a escolha do administrador "para contratação de profissional de qualquer setor artístico", desde que atendidos os requisitos grafados na lei, tratando-se, a toda evidência, de opção altamente discricionária, na medida em que carrega excepcional dose de subjetividade, porque vinculada ao gosto pessoal, à sensibilidade de quem escolhe.■



*Antonio Sergio Batista é advogado, especialista em Direito Público

Os novos pólos de crescimento em São Paulo

O Censo 2010 vem revelando um conjunto muito importante de informações acerca da realidade das regiões e dos municípios brasileiros.

Analizando a dinâmica do crescimento populacional das 63 microrregiões do estado de São Paulo podemos identificar significativas diferenças entre 2000 e 2010. Em algumas houve grande crescimento enquanto que outras apresentaram variações pouco significativas.

A microrregião de Caraguatatuba, que reúne os municípios de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba, por exemplo, foi à que apresentou maior crescimento populacional no intervalo, principalmente impulsionada pelos investimentos da Petrobrás na região, enquanto que, no extremo oposto, as microrregiões de Registro, Tupã e Jales apresentaram os menores índices de crescimento.

Além do litoral norte de São Paulo, outras importantes regiões do estado apresentaram grande crescimento populacional (vide quadro), com destaque para os pólos de desenvolvimento agroindustrial de Sorocaba e Ribeirão Preto e Campinas. Devido ao dinamismo das economias dos municípios sedes e da ampla rede de serviços, estas cidades tornaram-se pólo de atração e esse crescimento ocorreu não só nessas localidades como também no seu entorno.

Ainda nesse grupo encontramos áreas da região metropolitana da capital que apresentam crescimento pelo menor custo da moradia e tornaram-se áreas habitacionais de população de baixa renda, caso Franco da Rocha e Itapecerica da Serra. Em outras áreas do estado o crescimento foi devido ao diferencial da boa qualidade de vida, como observado em Bragança Paulista.

Microrregiões com maior crescimento

Microrregião	População em 2000	População em 2010	Variação no período (%)
Caraguatatuba	224.656	281.779	25,43
Tatuí	210.007	257.318	22,53
Franco da Rocha	373.192	453.561	21,54
Itapecerica da Serra	812.236	986.998	21,52
Itanhaém	181.344	218.798	20,65
Ribeirão Preto	863.801	1.032.547	19,54
Jundiaí	529.990	633.273	19,49
Bragança Paulista	417.890	498.171	19,21
Campinas	2.209.558	2.630.893	19,07
Sorocaba	1.124.874	1.323.847	17,69

Em contrapartida, teve um grupo microrregiões de baixo crescimento populacional. São regiões com a menor participação do PIB do estado de São Paulo e menor rendimento domiciliar per capita, onde muitos jovens deixam suas cidades em busca de

melhores oportunidades de trabalho. Quando os dados relacionados à migração forem disponibilizados pelo Censo, será possível completar esse diagnóstico e, desse modo, verificar o deslocamento desta população para outras microrregiões mais dinâmicas.

Microrregiões com menor crescimento

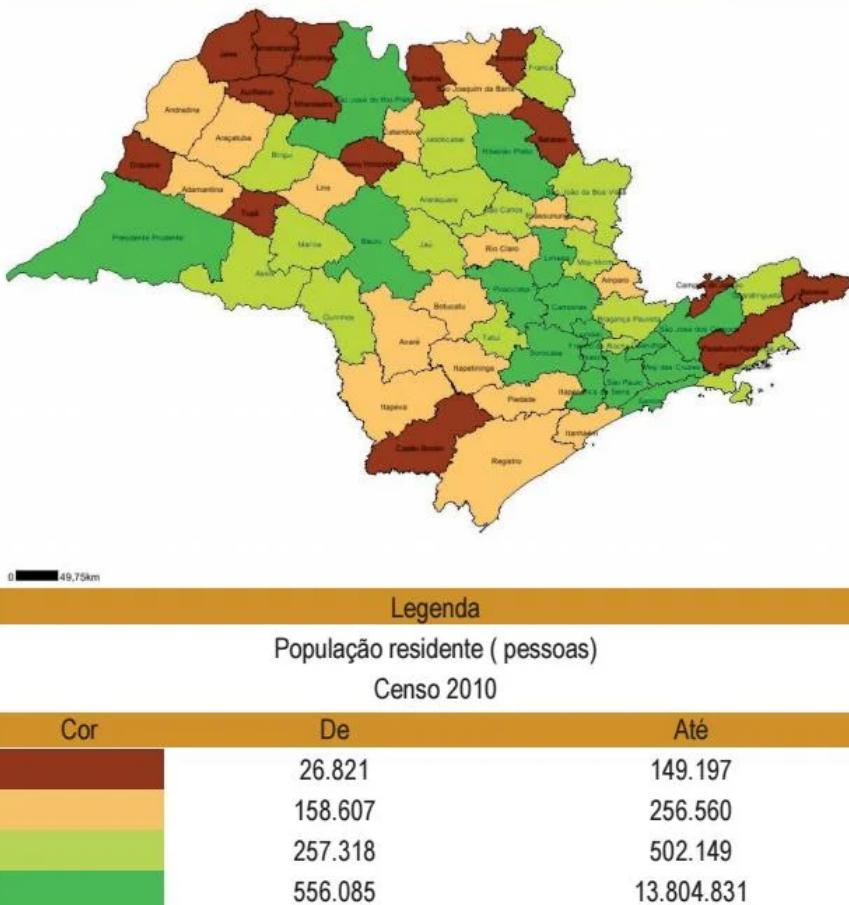
Microrregião	População em 2000	População em 2010	Variação no período (%)
Auriflama	44.273	46.367	4,73
Adamantina	151.521	158.607	4,68
Franco da Rocha	173.990	181.710	4,44
Andradina	100.399	104.623	4,21
Fernandópolis	395.419	409.370	3,53
São João da Boa Vista	232.870	240.465	3,26
Itapeva	25.452	26.281	3,26
Bananal	146.634	149.197	1,75
Jales	108.473	109.773	1,20
Tupã	242.953	243.592	0,26
Registro	242.953	243.592	0,26

Por fim, existe um grupo de médio crescimento populacional. Nesse, destacam-se algumas importantes regiões do estado em termos de atividade econômica, entretanto, o dinamismo econômico não provocou um expressivo aumento populacional, normalmente tal fenômeno de explosão demográfica ocorreu em um período anterior, e tendo como principal exemplo a Capital Paulista. Baixada Santista e Vale do Paraíba integrantes desse grupo, apresentam limites de crescimento moderados devido à própria estrutura física, além dos preços elevados das unidades habitacionais em comparação com outras regiões.

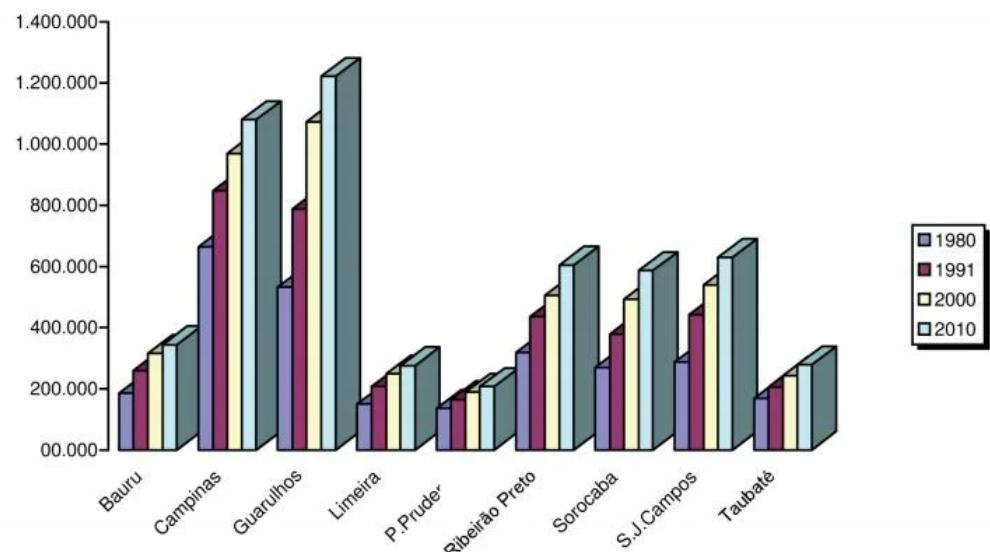
Em resumo, o Censo 2010 aponta para uma melhor distribuição da população em todo o estado, indicando o surgimento de novas fronteiras de desenvolvimento e trazendo informações que irão contribuir para um melhor planejamento das ações estratégicas do nosso estado.

Os dados completos do Censo 2010 podem ser encontrados no seguinte endereço www.ibge.gov.br.

Microrregiões com menor crescimento



Evolução populacional de importantes cidades Pólos Econômicos no Estado de São Paulo - 1980/2010





O ACÚMULO INDEVIDO DE CARGOS PÚBLICOS CONFIGURA IMPROBIDADE?

O acúmulo indevido de cargos públicos tem sido notícia na imprensa em razão das recentes acusações dirigidas ao ex-Ministro Carlos Lupi.

Lupi está sendo acusado de ter ocupado simultaneamente, por quase 5 anos, dois cargos de assessor parlamentar em órgãos públicos distintos: a Câmara dos Deputados, em Brasília, e a Câmara Municipal, no Rio de Janeiro.

É possível ocupar dois cargos públicos

ao mesmo tempo?

Em regra, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, conforme prevê o artigo 37 da Constituição Federal. De fato, o legislador constitucional buscou ampliar e generalizar, tanto quanto possível, a regra da proibição do duplo ganho, por qualquer servidor público.

No entanto, objetivando melhor aproveitamento da capacidade técnica e científica de determinados profissionais,

inclusive pela dificuldade de seu recrutamento, autorizou-se a acumulação remunerada de cargos públicos em três hipóteses excepcionais, todas previstas no comentado artigo 37.

Como exceções à regra, é possível a acumulação de: dois cargos de professor; um cargo de professor com outro, técnico ou científico, como, por exemplo, o de contador; e, dois cargos de profissionais de saúde, como médico, ►

dentista, fisioterapeuta, nutricionista etc.

De qualquer sorte, essa acumulação remunerada somente é possível se os horários relativos ao exercício de cada um dos cargos for compatível com o do outro.

Tal compatibilidade exige, em síntese, distância razoável para que o servidor possa se locomover, horários de trabalho não colidentes entre si e existência de intervalo de tempo suficiente para repouso e refeições.

Em outras palavras, considera-se que haverá compatibilidade de horários se, entre as duas jornadas, houver um intervalo mínimo que permita não apenas a presença efetiva do servidor público nos dois postos de trabalho, como também, lapso de tempo razoável para seu descanso e refeição.

Assim, caso as acusações feitas ao ex-Ministro se comprovem, a acumulação será considerada ilegal: a uma, porque os cargos acumulados (dois cargos de assessor parlamentar) não se enquadram nas hipóteses constitucionalmente autorizadas; a duas, porque impossível a compatibilidade de horários, considerando-se que um dos cargos haveria de ser exercido no Rio de Janeiro e o outro em Brasília.

Por outro lado, a ocupação de cargo em comissão – tal como os cargos de assessor – exige, do seu titular, dedicação exclusiva. Tal exclusividade impede o acúmulo de funções inerentes a dois cargos distintos, uma vez que o desempenho de uma pode prejudicar, sensivelmente, o da outra e,

consequentemente, gerar prejuízos para o serviço público.

Ademais, os ocupantes de cargos em comissão podem ser convocados, a qualquer hora, para prestar serviços, sem qualquer remuneração extraordinária. Por isso, a doutrina e a jurisprudência vêm entendendo que esses servidores devem dedicação plena ao trabalho, inclusive nos períodos que excederem as suas respectivas jornadas.

Dai se verifica mais um motivo, portanto, para a impossibilidade da acumulação de cargos de que vem sendo acusado o ex-Ministro.

Uma vez comprovadas as referidas acusações, é possível que se considere configurada a prática de ato de improbidade administrativa?

A resposta parece-nos afirmativa. É que a finalidade da Lei 8.429/92 consiste, justamente, na tutela da moralidade administrativa, através da qual exige-se o dever de observância de valores morais abrigados no sistema jurídico, especialmente no desempenho de atividade administrativa.

Ao agente público incumbe, pois, pautar sua atuação, exclusivamente, nos motivos e finalidades públicas, conduzindo-a de maneira honesta e respeitosa aos padrões de transparência e equanimidade.

Essa obrigação se dirige a todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, qualquer tipo de função pública.

Por essa razão, é possível que, no caso de acúmulo indevido de cargos públicos, se entenda configurada, por parte do servidor, a prática de ato de improbidade.

As penas aplicáveis em virtude desse fato são, além da perda da função pública e da suspensão dos direitos políticos, o resarcimento integral do dano, a perda dos bens, o pagamento de multa civil, bem como a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, sem prejuízo da ação penal cabível.■



*Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro "Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa" e co-autora do livro "Vinte Anos de Constituição" (isabela@conam.com.br).



Presidente da Câmara, Amauri dos Santos

O Legislativo Aguaiano

Por: Jorge Luiz Costa Chahad

A Câmara Municipal de Aguaí conta hoje com 9 vereadores, situação que será modificada a partir de 2013, pois serão eleitos 13 vereadores para a próxima legislatura.

O atual presidente, vereador Amauri Dutra dos Santos, do PPS, está encerrando seu mandato com uma das mais democráticas gestões.

Durante seu mandato, importantes projetos foram aprovados, como a construção do Teatro Municipal de Aguaí e a compra, pela Prefeitura, de uma grande área para o Distrito Industrial 2.

Eleito pelo mandato de um ano, o presidente da Câmara de Aguaí abriu as portas do legislativo para a população, divulgando

suas ações em jornais e mídia local.

Hoje, as sessões são transmitidas ao vivo via internet, fazendo com que a população acompanhe on line, em tempo real, os debates e decisões de seus representantes.

O vereador Amauri Dutra dos Santos irá terminar seu mandato com um projeto inédito e de enorme importância.

A Câmara contratou os serviços de um historiador e agora será publicado um livro contando a história do legislativo, desde a emancipação política da cidade.

Os vereadores que hoje atuam são : Pedro Biazzo Filho, Adalberto Fassina do PMDB, Paulo Cesar Ienon Gandolfi, Luis

Carlos Landiva e Luis Carlos Milanes do PSDB, Zosé Lazaro de Oliveira do PDT, Thiago Roberto Maia de Souza do PTB e Amauri Dutra dos Santos do PPS.

Aguaí está a 200 quilômetros da capital, servida por rodovias com pistas duplas e excelentes condições de tráfego. A cidade está vivendo um momento especial, com o lançamento do Distrito Industrial 2 em ótima localização. Diversas indústrias já estão em processo de instalação, o que promete levar a cidade a uma explosão de crescimento. O vereador Amauri aproveita para convidar a todos que estiverem lendo este texto que venham conhecer a nossa pequena Lírio dos Vales, a cidade de Aguaí.■

Municípios Aniversariantes



Tabapuã - 27 de novembro



Santo Anastácio - 19 de novembro



Vargem Grande Paulista - 27 de novembro



Conchas - 04 de dezembro



Mongaguá - 07 de dezembro



Municípios Aniversariantes



Caconde - 8 de dezembro



Fernão - 8 de dezembro



Guarulhos - 8 de dezembro



Ibirá - 12 de dezembro



Ourinhos - 13 de dezembro



Bragança Paulista - 15 de dezembro



Aparecida - 17 de dezembro



Gavião Peixoto - 27 de dezembro



Oureste - 27 de dezembro



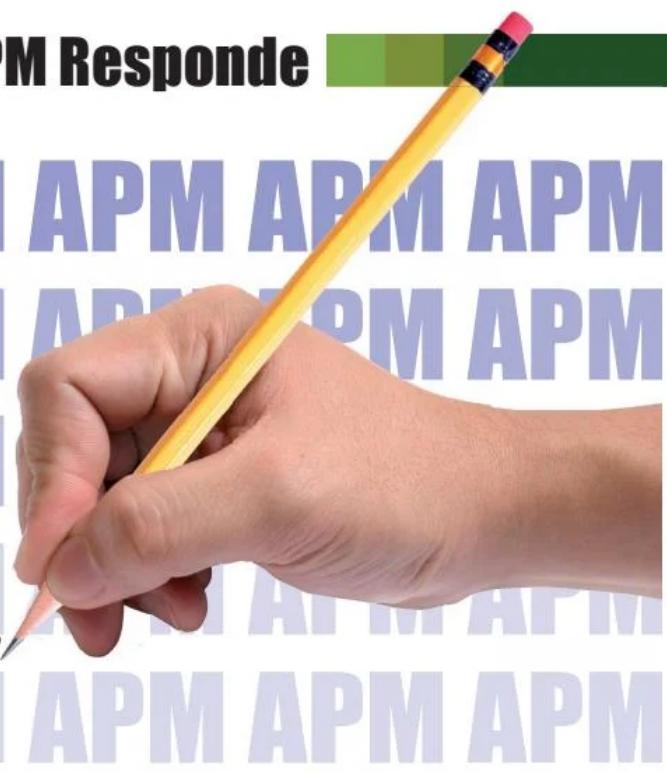
Tabapuã - 27 de dezembro



Barrinha - 30 de dezembro



Platina - 30 de dezembro



Responde

As respostas às perguntas formuladas por Prefeituras, Câmaras, técnicos e demais entidades vinculadas aos Municípios paulistas, associados da APM, são de responsabilidade do Conselho Técnico da entidade, sob coordenação do dr Antonio Sergio Baptista, advogado, especialista em Direito Público Municipal

1. PERGUNTA: Empregado público contratado para dois 02 empregos públicos passíveis de acúmulo, pode ultrapassar as 44 horas semanais de jornada de trabalho?

RESPOSTA: A resposta é negativa. A jornada de trabalho normal será o espaço de tempo durante o qual o empregado deverá prestar serviço ou permanecer à disposição do empregador, com habitualidade. Nos termos da Constituição Federal, artigo 7º, XIII, sua duração deverá ser de até 8 horas diárias e 44 horas semanais.

2. PERGUNTA: O docente concursado para empregos distintos,

com cargas horárias diferenciadas, pode atuar no mesmo estabelecimento de ensino?

RESPOSTA: Desde que haja compatibilidade de horários e que não seja ultrapassada a jornada de trabalho de 44 horas semanais, a acumulação de dois cargos de professor é permitida pela Constituição Federal, artigo 37, inciso XVI, alínea a.

3. PERGUNTA: A Súmula 18 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, determina que “em procedimento licitatório, é vedada a exigência de comprovação de filiação a Sindicato ou a Associação de Classe, como condição de

participação”. Em contraponto, o artigo 607 da CLT, dispõe serem “consideradas como documento essencial ao comparecimento às concorrências públicas ou administrativas e para o fornecimento às repartições paraestatais ou autárquicas a prova da quitação da respectiva contribuição sindical e a de recolhimento da contribuição sindical, descontada dos respectivos empregados”. Qual norma prevalece?

RESPOSTA: Com o advento da Lei 8.666/93, Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos, o artigo 607 da Consolidação das Leis do Trabalho encontra-se ab

rogado, de acordo com o previsto no artigo 2º da Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro. Portanto, prevalece a Súmula supra citada, exarada pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

4. PERGUNTA: Em que momento ocorre o fato gerador do ITBI, decorrente da incorporação de imóveis ao patrimônio de empresa administradora de bens?

RESPOSTA: O fato gerador do Imposto sobre Transação de Bens Imóveis – ITBI ocorre na data em que os bens imóveis são

incorporados ao patrimônio da empresa, ou seja, na data da alteração contratual em que ocorrer a integralização do capital social, a qual poderá ser verificada através de simples exame do referido documento.

Por outro lado, trata-se de lançamento do tributo por homologação, ficando o sujeito passivo obrigado a recolher e declarar antecipadamente o imposto, mediante documento regulamentar e, além disso, tal lançamento e arrecadação deverá ocorrer no prazo estabelecido no Código Tributário municipal, sob pena de mora e encargos decorrentes da inadimplência. □



Novo site da APM !

Desenvolvido para melhorar o seu acesso aos nossos serviços e com o visual mais leve, o novo site da APM possui novas tecnologias, informações municipais completas e ferramentas de interação com o internauta. Lançamento oficial no 12º CBTIM.

Acesse: www.apaulista.org.br



Presidente da APM participa do evento “Transição de Governo nos Municípios Paulistas”

Por: Cepam

Atentos às eleições de 2012 e preocupados em planejar uma transição responsável e transparente, prefeitos, vereadores e gestores públicos estiveram no Cepam, no dia 30 de novembro, para o Seminário sobre Transição de Governo nos Municípios Paulistas. Compareceram 140 pessoas no evento, realizado em São Paulo, e 323 internautas acompanharam a transmissão ao vivo.

O secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional, Julio Semeghini, o presidente do Cepam, Lobbe Neto, o deputado estadual e presidente da Frente Parlamentar Municipalista do Estado de São Paulo, Celso Giglio, e o presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Marcos Monti, falaram da importância de uma transição planejada e organizada, e como isso traz benefícios para a vida da população.

Semeghini enfatiza que o tema do encontro é de extrema relevância e acontece em um momento importante, afinal, no dia 18 de novembro, foi aprovada a Lei 12.527, que tem o objetivo de garantir o acesso às informações de interesse público com transparência.

Ele acredita que a lei trará benefícios mesmo antes do início do processo de transição. “Ela consolida a forma mais importante da democracia: acesso à informação. À medida que os dados são disponibilizados no período de governo, o processo de qualquer gestor se torna mais transparente.”



Lobbe Neto lembrou que, no próximo ano, teremos eleições para prefeitos e vereadores, e o Cepam quer contribuir para que os processos de transição de governo aconteçam de forma responsável e com transparência. “Os prefeitos devem passar ao seu sucessor, independentemente de quem ele seja ou da filiação política, o máximo de informações sobre os últimos anos do governo, considerando gestão financeira, identificação de recursos humanos estratégicos, relação de programas pendentes; enfim, o acesso à documentação referente a todos os compromissos e contratos que terão que ser honrados no início da Administração”, disse.

O deputado estadual Celso Giglio falou

sobre o papel do Legislativo nesse processo e lembrou que os municípios que mais têm problemas na transição são os pequenos. “É um assunto muito importante e sério, pois muitos municípios sofrem nesse período, com danos inclusive aos equipamentos e serviços públicos”.

Para ele, as mudanças na administração municipal não podem ser tratadas como disputas entre torcidas de futebol. “Ser prefeito é um desafio com muitas dificuldades por isso é preciso estabelecer normas de orientação para a transição”.

De acordo com o presidente da APM, Marcos Monti, a Associação trabalha para a efetivação de instrumentos da transição com os governos federal e o esta-►

dual. "Nossa vontade é estabelecer mecanismos legais que garantam a democracia e transparéncia".

O presidente estadual do Partido Verde (PV), Marco Mroz, ressaltou que o debate fortalece o que a sociedade civil e os partidos políticos desejam para suas cidades. "Trata-se de uma questão nova e uma transição bem planejada e organizada garante aos municípios tranquilidade e continuidade no trabalho desenvolvido".

Palestras

A Importância de Um Processo de Transição Democrático e Responsável nos Municípios foi o tema do painel, presidido pelo coordenador de assistência jurídica do Cepam, José Carlos Macruz. Foram palestrantes a técnica do Cepam, Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz; o cientista político, Eduardo Graeff; o coordenador da Rede Nossa São Paulo, Oded Grajew; e o prefeito de Mococa, Antônio Naufel.

Para Maria do Carmo Meirelles, é preciso que as informações e as ações estejam organizadas nas prefeituras antes e durante a transição. "Para isso, acreditamos ser fundamental a institucionalização de um processo orientado por normas e instrumentos legais e a criação de uma comissão".

O cientista político Eduardo Graeff lembrou o processo pioneiro de transição ordenada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, do qual participou, explicando que "o modelo pode ser seguido e aplicado às circunstâncias das prefeituras. O prefeito deve fazer uma boa gestão para também realizar uma boa transição".

O coordenador da Rede Nossa São Paulo, Oded Grajew, apresentou o Programa Cidades Sustentáveis, que tem o objetivo de sensibilizar, mobilizar e oferecer ferramentas para que as cidades brasileiras se desenvolvam de forma econômica, social e ambientalmente sustentável. "A



responsabilidade de quem é gestor é de preservar o patrimônio físico, cultural e as informações, enfim tudo que a cidade tem", explicou Grajew.

Apontando as dificuldades pelas quais passou como homem público e falando sobre sua experiência de transição no Município de Mococa, o prefeito Antônio Naufel enfatizou que hoje estabelecemos normas e instrumentos, aprovados na Lei Orgânica do Município, para garantir uma transição responsável, segura, sem prejuízo para os cidadãos. "É preciso investir na formação de gestores, na educação dos jovens e da população para conseguirmos criar as cidades susten-



táveis que queremos". O prefeito anunciou a implementação do Portal da Transparéncia, montado na página oficial do município na Internet, que disponibiliza dados e indicadores da cidade. "Até o final de 2011 trará todas as informações, demonstrando onde cada tostão é gasto, acessível para qualquer cidadão, pessoa no Estado, no País e no mundo". □



Presidente da APM ministra palestra no EEF LatAm – Energy Efficiency Forum Latin America



A segunda edição do Congresso EEF LatAm – Energy Efficiency Forum Latin America, realizada entre os dias 21 e 23 de novembro, foi sucesso de público.

Desenvolvido pela The Energy Exchange, foi o segundo encontro da América Latina totalmente focado em Eficiência Energética para grandes consumidores. O evento ocorreu no Hotel Blue Tree Morumbi, em São Paulo, contando com a participação de executivos do Brasil e do Exterior, palestrantes e apoiadores.

O EEF LatAm 2011 foi palco de uma importante discussão para o Setor Público: Resolução 414/2010 – Impacts para os municípios e medidas da Gestão Pública.

Representantes de Municípios, Estado de São Paulo e da ANEEL expuseram diferentes visões sobre esta norma que trará algumas mudanças na Gestão da Iluminação Pública. O presidente da APM, Marcos Monti, foi um dos palestrantes deste painel, ao lado do Superintendente de Regulação

da Comercialização da Eletricidade da ANEEL, Marcos Bragatto; do Subsecretário de Energia Elétrica da Secretaria de Energia/SP, Arnaldo Silva Neto e do assessor especial de Gabinete da Estância Turística de Ribeirão Pires, Claudio Deberaldine.

Diversos outros temas foram abordados ao longo do evento, como o controle do consumo e o uso racional de energia e os desafios e oportunidades existentes, tanto de natureza técnica como executiva, com foco no aprendizado que as experiências anteriores no Brasil e no exterior podem trazer.

Além de adquirirem conhecimento, os participantes puderam trocar experiências, gerar novos contatos e fomentar – efetivamente – o desenvolvimento de negócios em suas organizações.

Foram três dias em que mais de 150 executivos encontraram caminhos criativos e soluções inovadoras para fazerem melhor uso da energia em suas organizações. □

Milhares de gestores se reúnem por royalties e Saúde durante mobilização



© Luiz Antonio/Ag. LAR



© Luiz Antonio/Ag. LAR

Entre prefeitos, secretários municipais e vereadores, milhares de gestores municipais estiveram reunidos no Salão Verde da Câmara dos Deputados na manhã de quarta-feira, 30 de novembro.

A data marcou a mobilização O Brasil quer Royalties e Saúde para Todos, promovida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), com apoio da APM – Associação Paulista de Municípios.

Os líderes das entidades estaduais de Municípios e o presidente da CNM Paulo Ziulkoski foram recebidos pelo presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marco Maia (PT/RS), para tratar da votação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 448/2011, que garante a distribuição dos royalties do petróleo para todos os Municípios brasileiros.

No período da tarde, houve reunião com os gestores municipais na Comissão Mista de Orçamento para discutir estratégias sobre a Emenda Constitucional 29, que financiará os recursos da Saúde pública municipal.

Às 17h eles foram recebidos pelo presidente do Senado Federal, senador José Sarney (PMDB/AP), para tratar do assunto.

As mobilizações também ocorreram nos municípios de todo o Brasil, no dia 25 de novembro, com diversas ações. ■



Presidente da APM apresenta proposta à ANEEL em benefício dos municípios paulistas

Em nome dos 645 municípios do Estado de São Paulo, o presidente da APM, Marcos Monti, fez sustentação oral em audiência pública da ANEEL, na tarde de quinta-feira, 17 de novembro, sobre as transferências de ativos de iluminação pública aos municípios.

Marcos Monti ponderou que a obrigação imposta pela ANEEL de transferir os ativos às Prefeituras irá onerar os cofres públicos. Por esta razão, propôs que essa transferência seja facultativa. "Os municípios que querem assumir os serviços podem fazê-lo; já os que não têm condições,

deixam como está", sugere o presidente da APM.

Conforme destacou, os municípios só têm 17% do bolo tributário. Eles ficam com a menor parte da fatia dos impostos e as responsabilidades sempre aumentam. "Os prefeitos procuram a APM temerosos com essa mudança. Sugiro que a ANEEL faça uma pesquisa com cada um deles: eles querem assumir mais essa responsabilidade? Tenho certeza que não, pois é mais um gasto".

Outro ponto elencado foi quanto à qualidade dos materiais. "A Concessionária, ao

ter certeza que esses IPs serão das Prefeituras, irão utilizar materiais de qualidade até os municípios assumirem esses serviços?", indagou.

Marcos Monti deixou claro que não está contestando a responsabilidade das Prefeituras perante este serviço, prevista na Constituição Federal. Contudo, lembrou que a Constituição também permite que os municípios optem pela concessão. "No Estado de São Paulo, 70% dos municípios são abaixo de 20 mil habitantes. Se colocarmos na ponta do lápis, o custo será alto e essas Prefeituras não têm condições de arcar com isso".

Reunião Técnica

No período da manhã, o presidente da APM também participou de uma reunião técnica da ANEEL, preparatória para a Audiência Pública, no Sindicato dos Eletricitários de São Paulo (mesmo local da audiência).

Na ocasião, a Agência apresentou o regulamento da transferência desses ativos, constantes na Resolução Normativa 414/2010.

O superintendente de Regulação da Commercialização da Eletricidade, Marcos Bragatto, explicou como ocorre a transferência, levantou os principais aspectos e reforçou que todos os prazos foram suspensos para que seja definido um novo cronograma, a pedido do movimento municipalista. (D.B.)



Presidente da APM debate na Assembleia revisão da capacidade mínima de lugares nos estádios de futebol



Fotos:Reinaldo Vaz

Celso Giglio, quer sensibilizar as autoridades para que a Federação revise esta exigência.

Os times são entidades privadas, mas, geralmente, utilizam espaço público para os jogos. Quando o estádio não está em condições, a sociedade cobra das Prefeituras o investimento e as adequações necessárias. Contudo, elas não têm recursos para tal. "Os municípios são pressionados a gastar recursos próprios, mas não é função primordial arcarem com essa responsabilidade, pois os municípios recebem a menor fatia do bolo tributário e possuem muitas outras obrigações", ponderou o presidente da APM.

Outra consideração feita por Marcos Monti foi quanto à média de presença nos jogos, que é bem inferior do que o exigido. "Essa regra é de 40 anos atrás. Antigamente não existia tecnologia para transmissão de jogos ao vivo, o que contribuía com o aumento no número de pessoas nos estádios. Hoje, as TVs fazem a cobertura necessária".

O vice-presidente da Federação Paulista de Futebol, coronel Isidro Suita Martinez, se comprometeu a levar essa reivindicação ao presidente Marco Polo Del Nero, para que seja avaliada entre os demais membros.

Participaram deste encontro os deputados: Celso Giglio, Hamilton Pereira, Telma de Souza, Jooji Hato, Gilmaci Santos, Marco Aurélio de Souza, Orlando Bolçoni, Vitor Sapienza, Roberto Morais, Afonso Lobato e Aldo Demarchi (coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Revisão do Número Mínimo de lugares nos Estádios de Futebol). Representando o Ministério Públíco esteve presente o procurador de justiça Eder do Lago Mendes Ferreira. (D.B.)

O presidente da APM, Marcos Monti, esteve presente na reunião da Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, na quarta-feira, 16 de novembro, para discutir a revisão do número mínimo de lugares nos estádios de futebol.

A Federação Paulista de Futebol exige que a capacidade mínima de lugares nos estádios seja de 15 mil para times da primeira e segunda divisão, de 10 mil para os da terceira divisão e de 5 mil para os times que desejam entrar na disputa oficial da Federação Paulista de Futebol (conhecida

como bezinha). O problema é que esse número não condiz com a realidade. Só para se ter uma ideia, a média do Campeonato Paulista Série A (excluindo os quatro maiores times) é de 6 mil pessoas por jogo e a média da Série B é de 1,2 mil pessoas por jogo.

Em Santa Cruz do Rio Pardo, por exemplo, o time está saindo da Série C para a Série B e, em razão dessa exigência de 15 mil lugares, a cidade corre o risco de não poder participar.

Sendo assim, a Comissão de Assuntos Metropolitanos, presidida pelo deputado



Frente Parlamentar das Santas Casas lançará movimento nacional em prol da saúde

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, por meio da Frente Parlamentar das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, lançará um movimento nacional para encontrar alternativas de fonte de financiamento para o setor, buscando revisão dos valores da tabela SUS, e lutar por mais subsídios aos municípios.

Esta campanha em prol da saúde terá apoio da Associação Paulista de Municípios (APM), da Confederação das Santas

Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB), da Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo (Fehosp) e das assembleias legislativas de todo o Brasil.

Para discutir as estratégias deste movimento, o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Deputado Barros Munhoz, reuniu-se dia 17 de outubro com o coordenador da Frente Parlamentar, Deputado Estadual Itamar Borges; com o presidente da APM, Marcos Monti; com o presidente da CMB, José Reinaldo Nogueira de Oliveira Júnior e com o diretor-presidente da Fehosp, Edson Rogatti.

Barros Munhoz ressaltou a importância de colocar o assunto na verdadeira pauta do país. "Sou municipalista e o Marcos sabe disso. Essa sempre foi uma grande luta da minha vida política. Contudo, sem enfrentamento não vamos conseguir". (D.B.)

CESESP promove reunião ordinária

No dia 17 de novembro, foi realizada a 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária no Estado de São Paulo (CESESP).

A APM – Associação Paulista de Municípios – tem assento neste conselho, sendo representada por: Marisa de Souza Fontana, prefeita de Socorro e representante na área Agropecuária; João Francisco Danie-

letto, prefeito de Bocaina e representante na área de Meio Ambiente; Jairo da Costa, prefeito de Tarumã e representante na área de Educação e Marco Ernani Hyssa Luiz, prefeito de Altinópolis e representante na área de Saúde.

A reunião ocorreu na Superintendência Federal da Agricultura de São Paulo, das

13 às 17 horas. Na pauta: apresentação dos novos participantes da CESESP, apresentação das atividades que estão sendo executadas, atualização dos projetos em andamento, dentre outros assuntos. Na ocasião, foi estabelecida a pauta para o próximo encontro e discutidas as datas para as reuniões de 2012.

APM tem representante empossado na Câmara Técnica do Conselho Estadual de Habitação

O secretário de Estado da Habitação, Silvio Torres, empossou os 28 novos membros e os suplentes da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PLAN), instrumento ligado ao Conselho Estadual de Habitação (CEH).

A posse ocorreu dia 7 de novembro, durante a 1ª Reunião Ordinária da CT-PLAN, realizada na Secretaria Estadual de Habitação, em São Paulo.

A Câmara passa a ser um órgão auxiliar ao colegiado, analisando propostas e prestando assessoria técnica.

O secretário estadual disse que os empossados terão um papel importante na elaboração do Plano Estadual de Habitação, que norteará as ações e a política habitacional de interesse social do governo paulista. "A nossa expectativa é que São Paulo consiga aprovar o melhor plano habitacional do Brasil", concluiu Silvio Torres.

Fazem parte do colegiado representan-



tes do Crecisp, CREA, Centro de Estudos da Metrópole (CEM), Associação Paulista de Municípios – APM (titular: José Francisco da Rocha Oliveira, prefeito municipal de Pardinho), Sehab, Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas (Ape-

op), Secovi, Associação das Empresas de Loteamento e Desenvolvimento Urbano do Estado de São Paulo (Aelo), Sinduscon, FIESP, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, universidades, órgãos do estado e organizações populares.



Impacto **real** para um futuro promissor

Por: Roberto Prado*

Empresas precisam ser competitivas para sobreviver... Atletas devem ser competitivos para vencer. Municípios, estados e países também têm de ser competitivos para garantir a sustentabilidade do seu desenvolvimento e, assim, assegurar a melhoria da qualidade de vida da sua população.

E foi exatamente pelo fato do tema competitividade ser tão determinante para o sucesso – ou o fracasso – de uma nação que nós da Microsoft Brasil decidimos colocá-lo no centro da nossa atuação empresarial.

Explico por quê. Nos últimos 15 anos, tivemos avanços incontestáveis no Brasil. Conseguimos estabilidade econômica, crescimento, melhor distribuição de renda, com muitos brasileiros deixando de viver abaixo do nível de pobreza. Somos a sétima economia do planeta e gozamos de prestígio internacional.

São muitas as razões, portanto, para sentir orgulho de ser brasileiro, inclusive, a escolha do Brasil como sede para os mais importantes eventos esportivos do planeta:

a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Deixamos de ser o país do futuro para nos tornarmos o país do presente.

No entanto, grandes oportunidades vêm sempre acompanhadas de grandes responsabilidades... Temos sim a chance de deixar um legado verdadeiramente positivo para as gerações futuras, mas, para isso, é preciso que cada um de nós faça a sua parte.

Foi com base nessa premissa que nós começamos a pensar como queremos ver o Brasil de 2017, quando já estivermos desfrutando dessa herança deixada pelo excelente momento atual. Imaginamos um país onde, ao dar entrada em um hospital público, basta que o paciente forneça seu número de identidade e terá acesso imediato (on-line) ao seu histórico hospitalar. Os alunos de colégios públicos terão seus próprios computadores com acesso a conteúdos de aulas on-line, o que possibilitará a eles aprender de maneira mais dinâmica e a distância.

Ainda nesse novo Brasil, será mais seguro andar pelas ruas, , pois a alocação de agentes da segurança pública será mais eficiente. Também em 2017, o dia-a-dia das pessoas será mais fácil: os turistas que visitarem o País, por exemplo, poderão comprar água de coco e pagar pelo celular, e o vendedor receberá o valor diretamente em sua conta bancária...

É claro que tudo isso não vai acontecer da noite para o dia. Afinal, os países que, hoje, ocupam posições importantes no mundo evoluíram organicamente ao longo de muitos anos. Mas precisamos dar o primeiro passo nessa direção. E a Microsoft aposta na melhoria da nossa competitividade como caminho. O Fórum Econômico Mundial publica, anualmente, um Relatório de Competitividade Global, o qual leva em conta diferentes eixos para determinar o grau de competitividade de 143 países. No ranking 2011-2012, liderado pela Suíça, Singapura, Suécia, Finlândia e Estados Unidos (os cinco ►

primeiros colocados nesta ordem), o Brasil ficou no 53º lugar, cinco posições acima da análise anterior, mas ainda atrás de países como a Indonésia.

Prova de que temos, de fato, muito a melhorar para nos tornar um país competitivo, capaz de ocupar um lugar de protagonista global. Há desafios nas áreas de Educação, Saúde, Segurança, Infraestrutura... E, principalmente, precisamos erradicar definitivamente a pobreza. Essas são prioridades do nosso Governo.

Nós da Microsoft, porém, acreditamos que problemas complexos exigem soluções coletivas. Então, é preciso o engajamento dos diferentes setores da sociedade, o que inclui sim o poder público, mas também a iniciativa privada e o terceiro setor. Todos trabalhando em conjunto por um mesmo objetivo.

Temos agido assim há bastante tempo. Agora, redesenhamos o nosso plano de ações para adequar – e ampliar – as atividades que já temos realizado ao momento

do País e, assim, alcançar resultados ainda mais efetivos para a competitividade nacional. Com isso, hoje, a estrutura da nossa atuação é baseada em três pilares: Educação e Capacitação; Inovação e Pesquisa e Desenvolvimento, e Cidades Sustentáveis.

Em Educação e Capacitação, queremos promover a formação profissional e

processos de criação em diferentes níveis. Isso se dá pela promoção de incubadoras locais, estimulando a produção de alta tecnologia. Alguns exemplos de trabalhos nesse campo são parcerias com a FAPESP, incentivo à produção acadêmica e estímulo a patentes nacionais.

Por fim, mas não menos importante, temos o pilar de Cidades Sustentáveis que visa prover aos cidadãos serviços tecnológicos ambientalmente corretos, socialmente justos e economicamente viáveis. É aqui que entram soluções eficazes – e transparentes – para administração pública, saúde, segurança, transporte, abastecimento, etc.

Assim, com essa estratégia, temos a intenção de contribuir com o aumento da competitividade do Brasil e, consequentemente, criar impacto real para um futuro promissor. ■

*Roberto Prado é Diretor de Competitividade Nacional da Microsoft Brasil.

Microsoft

aumentar a eficiência individual. Para isso, apostamos na qualidade do ensino e no desenvolvimento das competências para força de trabalho. Nessa área, temos projetos de treinamento de professores de escolas públicas, profissionalização em TI, acesso às últimas tecnologias por programas para Educação e parcerias com escolas técnicas.

Já o eixo de Inovação e Pesquisa e Desenvolvimento têm como objetivo incitar

Carteira de Agente Público Municipal

Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, que integram os municípios associados à APM, podem solicitar a sua.

Uma prática carteirinha confeccionada pensando em você Gestor Municipal

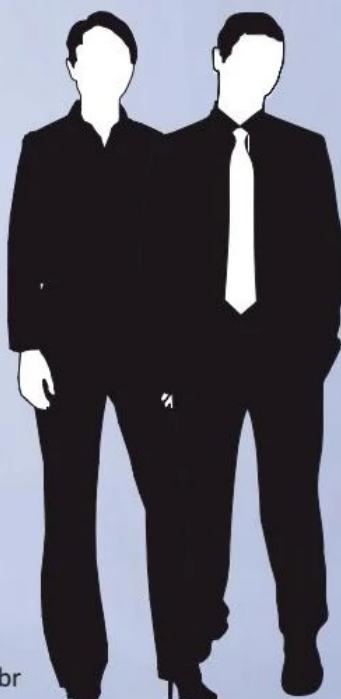
Vantagens da Carteira de identificação do Gestor Municipal • Isenção da taxa de inscrição para Gestores nos Congressos Municipais e descontos especiais em eventos realizados pela APM • Isenção para acesso ao webcast (curso on-line) • Direito a voto nas Assembleias, exercido pelo(a) prefeito(a) • Acesso aos serviços da APM, como também de pareceres e consultas jurídicas • Sala dos Municípios equipada à disposição • Desconto e suporte técnico na aquisição do Diário Oficial Eletrônico



SOLICITE A SUA AGORA MESMO!

INFORMAÇÕES

Fone: (11) 2165.9999 | E-mail: apaulista@apaulista.org.br





Missão cumprida: Presidente visita a Unidade Regional de Bauru e encerra o ciclo de viagens pelo interior

Acompanhado do Secretário-Diretor Geral, Sérgio Rossi, do Diretor do DSF-II, Alexandre Carsola e do Diretor do D.G.A., Carlos Magno, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conselheiro Cláudio Ferraz Alvarenga, esteve no município de Bauru (em novembro) e completou o ciclo de viagens as Unidades Regionais.

Em sua décima oitava visita, na reunião realizada com os servidores na sede da Regional, Dr. Cláudio agradeceu ao pessoal da fiscalização, destacando seu desempenho e enaltecendo o papel que exercem para que o Tribunal bem cumpra sua missão Constitucional. Com isso, o Presidente visitou todas as Unidades de Fiscalização do interior e da Capital.

O ciclo de viagens começou no dia 17 de março em Adamantina, ocasião em que também foi realizado evento inaugural do

Ciclo de Debates com Agentes Políticos 2011 em Pacaembu. Este ciclo de debates é uma ferramenta pedagógica que o Tribunal de Contas paulista utiliza e aperfeiçoa há 15 anos para indicar os melhores caminhos de gerenciamento das contas públicas a prefeitos, presidentes de câmaras, vereadores, secretários, contadores e demais funcionários.

Ao longo do ano, foram 34 encontros. Uma das novidades deste ano foi a mudança de formato dos seminários. As palestras foram trocadas por um diálogo entre técnicos do TCESP e agentes municipais, objetivando um entendimento melhor, além de uma aproximação maior.

Os temas condutores dos 34 encontros foram: Aplicação na Saúde, Precatórios, Gestão de Contratos e Repasses ao 3º Setor, escolhidos pelo comando da Fiscalização pela relevância e atualidade.■



Nandinho

Por: Cláudio Manesco

Algumas histórias já foram aqui contadas sobre um folclore personagem, mas sem muito romancear desfilo algumas pérolas do Nandinho, vereador por muitos e muitos anos de uma pequena cidade do sudoeste Paulista:

1. A lista telefônica – Quem quis ver para crer, viu. O fato é que na década de 80 quem fosse consultar a lista oficial da Telesp pode verificar que após o nome o e o sobrenome do nosso Nandinho está lá registrado: Vereador Tetracampeão Paulista (numa alusão aos seus, então, 4 mandatos consecutivos);

2. A variante – Após deparar-se com uma placa onde estava escrito "Variante Perigosa" Nandinho dirigiu-se a sua mulher e disse: - Não é que o Dito anda dirigindo por essas bandas...;

3. A bandeira – Escalado para vir a São Paulo e comprar uma nova bandeira brasileira para sua cidade saiu-se com essa: - É melhor designar para tão gloriosa tarefa para o vereador siclano de tal, uma vez que todos sabem que ele tem muito mais gosto para cor do que eu;

4. O bolachão duro – Convidado para uma reunião política com deputados da antiga Arena numa choperia de São Paulo ele fez a seguinte observação ao garçom que lhe oferecia mais um chopp: - O chopp estava ótimo e quero mais, mas o

bolachão duro não precisa me trazer mais que é muito ruim;

5. O parente – Participante de um almoço de política de sua região com o então candidato a senador, Papa Jr., Nandinho lhe fez uma pergunta direta: - Qual o parentesco que o senhor tem com o apresentador Blota Júnior?;

6. A clareza – Suinocultor e comerciante, tinha estampado na porta de sua residência uma pequena placa indicativa: "Vende-se porcos e suínos";

7. O susto – O governador era Laudo Natel e Nandinho, frequentador assíduo do palácio, perguntou a um assessor da casa civil se ele aceitaria um cabrito para o Natal. Mal imaginava o assessor que o cabrito viria sim, às vésperas de natal, Vivinho da Silva, berrando com toda a força dos seus pulmões.

Nandinho fora vereador por muitos anos. Conta-se de dele várias histórias folclóricas e engraçadas. Mas nunca se ouviu falar de um caso só, de falcatura ou corrupção.



Linhas de financiamento para o setor público.

Financiamos o desenvolvimento do seu município.

Conheça as linhas de financiamento para o setor público da **Agência de Fomento Paulista – Nossa Caixa Desenvolvimento**, com taxa de juros de 0,65% ao mês + IPC-Fipe e até 72 meses para pagar. Melhorar a vida da população é o caminho para o desenvolvimento.

LEW'ARAY/TBWA



Linha Economia Verde Municípios

Crédito para financiar investimentos municipais destinados ao incentivo da sustentabilidade e à preservação do meio ambiente, de acordo com a política de responsabilidade ambiental.



Linha Via SP

Financia investimentos municipais destinados à implantação e à melhoria relativa à pavimentação asfáltica.



Linha Distrito Industrial

É indicada para obras de infraestrutura básica para a instalação e adequação de distritos industriais.



Linha Arena Multiuso

Crédito exclusivo para a construção ou reforma de arenas multiuso para que o seu município tenha um local destinado a eventos, exposições, seminários e à convivência social, esportiva e cultural.



**NossaCaixa
Desenvolvimento**

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

 GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO

nossacaixadesenvolvimento.com.br | Telefone: (11) 3123-0464 | Ouvidoria: 0800 770 6272

Realização



Apoio



Congresso Estadual de Municípios

De 13 a 16 de março de 2012

São Vicente - SP

*Centro de Convenções Costa da Mata Atlântica
Av. Capitão Luiz Pimenta, 811 - Parque Bitarú - São Vicente/SP*

Exposição Paralela de Produtos, Serviços e Tecnologias

Informações

Fone: (11) 2165.9999

www.apaulista.org.br

apaulista@apaulista.org.br